

2

A 'Guerra contra o Terror' e o conflito colombiano

2.1.

Introdução

A primeira parte desse capítulo procura discutir quais são os desafios analíticos que a nova conjuntura internacional impõe à análise que está sendo pretendida. A sessão busca reconhecer a complexidade que as relações entre a nova condição da segurança nacional e internacional, a preservação do estado de direito, a defesa das liberdades individuais e dos direitos humanos atingiram nos últimos anos. Tentaremos dar sentido a uma reflexão sobre esses temas focando no papel exercido pela socialização de dispositivos de segurança, conforme visto no trabalho de Didier Bigo. Seria a atuação desses profissionais por trás do controle desses aparelhos de segurança, investidos não só de uma nova capacidade tecnológica de monitoramento, como de uma nova legitimidade política; o que explica a racionalidade por trás da implementação tanto da 'Guerra contra o Terror' quanto de políticas de combate ao terrorismo nas diferentes sociedades ao redor do mundo

A segunda parte apresenta o contexto do conflito colombiano em perspectiva histórica, de forma que possamos propor uma análise quanto ao impacto dessas práticas analisadas na primeira parte, e das novas características que elas atribuem a esse espaço político; na condição presente do conflito colombiano. Para tal construiremos um primeiro eixo de análise discutindo a singularidade do processo de formação das forças armadas colombianas. Discutindo esse processo, buscaremos mostrar que a fusão entre os instrumentos de segurança interno e externo que é, segundo Bigo, constitui o *habitus* da nova condição de autonomia que esses profissionais adquirem. Esse processo marca a formação e a atuação das forças armadas colombianas de diferentes maneiras: 1- ela se institucionaliza na expansão e modernização do exercito colombiano no contexto da luta contra-insurgente; 2- ela se dissemina, através de canais formais e informais(Avilés, 2001; 2006a) e passa a influenciar a condução da política pública(interna e externa), o que se reflete numa relação conflituosa entre civis e

militares; 3- ela se amplia e radicaliza com o papel que a política externa americana passará a ter no conflito a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, fornecendo apoio político, armamento, treinamento e apoio de inteligência, e enquadrando as políticas para o conflito doméstico colombiano dentro da lógica de uma ‘doutrina de segurança nacional’.

Após isso, discutiremos a formação dos diferentes grupos armados não-estatais, para entender as implicações sociais e políticas da disseminação desse *habitus*. Discutiremos a formação dos grupos guerrilheiros (com foco nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia- FARC e no Exército de Libertação Nacional- ELN) e dos grupos paramilitares. O objetivo dessa sessão é entender como, em ambos os casos, o processo de fragmentação política e de privatização da violência produzem um espaço onde esse *habitus* se manifesta de forma particularmente perversa. Sem qualquer tipo de constrangimento institucional, esses grupos armados se projetam sobre o espaço social do conflito colombiano mobilizando recursos como violações sistemáticas de direitos humanos e o deslocamento de milhares de pessoas. As circunstâncias da formação de tais grupos fazem com que o papel predominante da violência obstrua a construção de veículos de diálogo; e que a inevitabilidade do conflito tenda a se reafirmar como uma profecia auto-realizável.

Por fim, vamos discutir a relação entre o governo e o movimento guerrilheiro para argumentar que, apesar do papel significativo que a autonomia dos setores militares exerce sobre a formulação de política doméstica e internacional, outros elementos intervêm no jogo político, de forma que tais disposições podem ser inibidas ou parcialmente interrompidas, abrindo-se espaço para se pensarem respostas não-militares para o conflito.

2.2.

A ‘Guerra ao Terror’

Os atentados perpetrados contra os Estados Unidos por ocasião do 11 de Setembro e todo o processo que levou os Estados Unidos a se engajar numa ‘Guerra ao Terror’ são frequentemente levantados como um marco importante não só para o entendimento da postura americana, mas também como todo um novo quadro da segurança internacional. O predomínio militar dos americanos já era

evidente anteriormente ao acontecimento, mas os desdobramentos do incidente levaram os americanos a uma estratégia de engajamento global que antes não estava nos planos da administração Bush (Rice, 2000). No *Quadriennial Defense Review Report* de 2001 (Department of Defense, 2001), publicado quase na imediata posteridade dos atentados (30 de Setembro) foi diagnosticada a necessidade de reorientar a postura global americana⁶, em vista do novo ambiente de segurança internacional e das novas capacidades demonstradas por atores não-estatais. A estratégia de segurança nacional de subsequente (White House, 2002) confirmou essas tendências.

Muitas das questões que estão hoje sendo tratadas sob o prisma da ‘guerra ao terror’, como o combate ao terrorismo, o controle da produção da armas de destruição em massa, e o isolamento político e a política de dissuasão em relação aos países enquadrados no ‘eixo do mal’ já eram relevantes nas formulações de segurança da política externa americana anteriormente ao atentado. Contudo, como demonstram os próprios documentos emitidos pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos após o incidente, existe efetivamente uma nova orientação estratégica e geopolítica de alcance global que aponta para a expansão da presença americana.

“A reivindicação feita por Washington é a de que armas de destruição em massa nas mãos de Estados hostis constituem atualmente uma ameaça intolerável na medida em que tal armamento pode vir a dissuadir os Estados Unidos na busca de sua estratégia global. Especialmente no Oriente Médio, o governo americano parece determinado a não ser dissuadido no que diz respeito ao uso de seu poder, incluindo inclusive armamento nuclear, e logo busca negar aos potenciais adversários qualquer capacidade de dissuasão. Nesse contexto, o terrorismo funciona fundamentalmente como um inimigo substituto, disfarçando o objetivo principal de intimidação geopolítica” (Falk, 2003, p.4-5)

O alinhamento numa guerra contra o terrorismo passa a ter um papel na organização da relação entre os Estados Unidos e os outros países. O compromisso de um determinado Estado com o combate ao terror exerce um papel qualificador/desqualificador que separa os amigos dos inimigos, como o próprio presidente americano George W. Bush afirmou reiteradas vezes (Falk, 2003, p.73).

⁶ Conferir Department of Defense, 2001, cap.4

“Quando o Presidente Bush se dirigiu à Assembléia Geral em 10 de Novembro, ele reiterou sua convocação para a guerra, agradecendo às agências da ONU pelo seu ‘apoio assertivo e valoroso’. Ao mesmo tempo, Bush repetiu sua advertência anterior aos Estados de que eles iriam sofrer as conseqüências por não aderir à campanha global sendo liderada pelos Estados Unidos....

Essa passagem contém os três pilares padrão da abordagem americana que parecem particularmente perigosos e retrógrados: a generalização da ameaça do 11 de Setembro incorporando todos os terroristas como agentes de violência anti-estatal; a isenção sobre o escrutínio da responsabilidade do Estado; e a ameaça aos governos que são vistos como em alguma medida atuando fora dessas diretrizes”(Falk, 2003, p.120)

Danilo Zolo(2007) argumenta que o ordenamento internacional contemporâneo não gera as condições ou os incentivos necessários para impor às grandes potências a restrição necessária para impedir o que ele chama, fazendo referência à Carl Schmitt, de uma ‘guerra civil global’(Zolo, 2007, p.52). Isso o leva à conclusão de que um mundo marcado pelo terrorismo e pela guerra civil tende a reforçar, de diversas formas e numa escala sem precedentes, a unilateralidade da ação americana:

“A estabilidade global deve ser garantida- e este é o ponto central- sem que se toquem os mecanismos de distribuição mundial de riqueza, que cavam um buraco cada vez mais profundo entre os países ricos e os pobres. Para realizar esse objetivo, a guerra de agressão global, chame-se a ela ‘guerra humanitária’ ou ‘guerra contra o terrorismo’, é uma prótese necessária. E os Estados Unidos, enquanto potência global, são os únicos capazes de projetar poder em escala planetária”(Zolo, p.117-118)

Jörg Friedrichs(2006) argumenta que esse é o principal elemento definidor da política externa americana contemporânea, a qual consiste numa estratégia de se outorgar a autoridade de definir o ‘inimigo público internacional’ caso a caso – estratégia essa que se evidencia quando os Estados Unidos se desvencilham de definir legalmente o conceito de terrorismo no âmbito das nações Unidas:

“Quem deve ter o poder de definir o que é terrorismo? Quem irá distingui-lo das demais formas de violência? Quem irá diferenciar entre um terrorista e um ‘guerreiro da liberdade’? Responder essas perguntas é uma tarefa eminentemente política. É imprescindível decidir quem está ‘conosco’ e quem está contra ‘nós’ ou, em outras palavras, isto significa determinar o inimigo público internacional. De acordo com Carl Schmitt, ‘a distinção especificamente política dentro da qual as motivações e ações políticas podem ser reduzidas é aquela entre amigo e inimigo. A pessoa grupo ou instituição que tem a autoridade de traçar tal distinção detêm a chave do poder soberano... é precisamente a ausência de uma definição legal de terrorismo que torna possível para o poder hegemônico(leia-se Estados

Unidos) e seus seguidores determinar o inimigo público internacional caso a caso. Uma definição legal serviria como um limitador de seu poder discricionário”(Friedrichs, 2006, p.69-70).

Entretanto, os impactos do lançamento de uma estratégia global contra o terrorismo se estendem para além das modificações do quadro geopolítico. Mary Robinson(2005), em sua análise sobre o 11 de Setembro, identifica experiências de insegurança que vêm sendo obscurecidas pela prevalência do discurso da “guerra contra o terror” na determinação da pauta da segurança global:

“Mas a dura realidade é que os terríveis ataques de 11 de Setembro não tiveram impacto discernível para milhões de pessoas já diariamente ameaçadas pela violência, doença e pobreza abjeta. A sua insegurança continua a se originar de se preocupar com de onde virá a próxima refeição, como conseguir remédios para a criança que está morrendo, como evitar um criminoso armado, como administrar um lar sendo uma criança órfã de 10 anos vítima da AIDS- a insegurança abrangente dos impotentes” (Robinson, 2005, p.310).

Richard Falk(2005) salienta a insensibilidade da arena de discussão nos Estados Unidos perante à importância de se entender como os demais países do mundo percebem a resposta do país não só como sobredimensionada, mas como parte de um projeto de projeção de poder norte-americano sobre o planeta. Segundo ele, o resto do mundo, principalmente no nível da sociedade civil, encontra-se muito mais perturbado pela resposta norte-americana aos atentados do 11 de Setembro do que pelo ataque em si.

Muitos analistas apontam para organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas(ONU), como os espaços onde esses dilemas deveriam estar sendo endereçados. Jayantha Dhanapala(2008) enfatiza a importância do papel da ONU como o fórum através do qual a comunidade internacional poderia de fato se engajar numa campanha legítima de combate ao terrorismo. Tanto Boulden e Weiss(2004) quanto MacFarlane(2004), mesmo reconhecendo as dificuldades vividas pela ONU de conduzir de forma concertada a ordem internacional depois do 11 de Setembro, defendem a legitimidade e a representatividade da organização como ainda tendo um papel central, inclusive para a política externa americana – e apresentam como evidência a busca de uma resolução na tentativa de condenar o regime iraquiano.

Contudo, os fóruns multilaterais não se mostraram como um espaço relevante para a articulação de uma estratégia conjunta na ‘Guerra ao Terror’. Os

dilemas que, de acordo com Christopher Joyner(2004), atravessaram a construção de um consenso foram, por sua vez, muito elucidativos dos impactos que o lançamento da ‘guerra contra o terror’ exerce sobre a política mundial contemporânea: o efeito do combate ao terrorismo sobre a supressão dos direitos humanos e das liberdades fundamentais; a articulação de uma retórica anti-terrorista por parte do governo para combaterem seus dissidentes internos; e o impacto de uma legislação anti-terrorista sobre as liberdades civis e os direitos humanos(Joyner, 2004, pg.245).

Joyner ressalta que o papel potencial da ONU nessa questão vem sendo fortemente restringido pela postura dos Estados. O que se reconhece é uma tendência disseminada por parte dos Estados de reforçar suas prerrogativas policiais e processuais domesticamente, mesmo que em detrimento das liberdades fundamentais e dos direitos humanos. Esse quadro é confirmado pela disseminação de legislações antiterroristas depois do evento. O exemplo mais contundente desse fenômeno é justamente o Ato Patriota, promulgado pelo congresso americano:

“... essa legislação é vista por advogados e grupos civis de ambos os lados do espectro político como comprometendo liberdades e direitos previamente garantidos tanto pela constituição americana quanto pela corpo de direito internacional amparado pelo sistema ONU, entre eles o direito a liberdade de expressão, o direito de não ser submetido a uma operação de apreensão e busca injustificada e o direito a um devido processo legal diante de uma acusação criminal. Dentro do direito, o ‘terrorismo doméstico’ cria um novo crime, mas um que pode ser interpretado de forma tão ampla de modo a incluir participantes de protesto político e de atos de desobediência civil(US Patriotic Act, Section 802). Existe uma preocupação que o direito possa vir a ser usado pelo governo para dispersar a dissidência. Além disso, medidas legais específicas implementadas para aumentar a segurança nacional podem de fato suprimir algumas liberdades fundamentais e direitos civis de pessoas vivendo nos Estados Unidos”(Joyner, 2004, p.245)

Mas do que isso, a prática internacional, principalmente americana, tem incidido em violações sistemáticas do Direito Internacional Humanitário. Evidenciam esse processo descobertas a respeito do tratamento dos presos detidos em Guantánamo e em prisões controladas pelas forças americanas no Iraque(MacFarlane, 2004). Em Novembro de 2005, os Estados Unidos mantinham um número indeterminado de prisões clandestinas espalhadas pela

CIA em países aliados, em que se praticavam diversos tipos de tortura.(Gómez, 2008, p.275).

O estabelecimento de Comissões Militares para processar cidadãos não-americanos por ocasião da guerra contra o Afeganistão também foi representativo. Essas comissões operavam secretamente e não ofereciam aos réus o devido processo legal, o direito ao *habeas corpus* ou a possibilidade de apelar a uma corte civil⁷(Stoeling, 2003).

Essas mudanças, todavia, não explicam os processos de socialização que estão associados a esses eventos, manifestados em diferentes esferas sócio-políticas. Aquilo a que esse novo panorama internacional nos aponta é uma relação complexa entre os Estados tradicionalmente comprometidos com a preservação do estado democrático de direito e o impacto dessas novas legislações antiterroristas sobre a supressão das liberdades civis e a violação de direitos humanos.

Os eventos que se seguiram aos atentados do 11 de Setembro têm demonstrado um desrespeito crescente pelos direitos humanos no seio das próprias democracias ocidentais, as quais estão modificando seus sistemas legais no sentido de impor maiores restrições as liberdades civis. Esses mecanismos por trás dessa transformação, porém, não são necessariamente recentes; os eventos e seus desdobramentos políticos só aumentaram a magnitude de sua eficácia(Tsoukala, 2007).

Segundo Todd Landman, seu próprio estudo sobre o crescimento das violações de direitos humanos após o 11 de Setembro aponta para um padrão não-intuitivo. Segundo sua pesquisa, o número de violações de direitos humanos cresceu significativamente depois dos atentados. Verificou-se que 72 países promulgaram uma legislação anti-terrorista a partir daquela data (com medidas que flexibilizavam a legislação relativa ao cumprimento desses direitos), 39 dos

⁷ O governo americano, através da ordem executiva de 13 de novembro de 2001, autoriza o pentágono a manter cidadãos não-nacionais por tempo indeterminado, sob custódia e sem encargo. Os detentos ficam proibidos de apresentar recursos em tribunais estadunidenses e, em caso de serem julgados, tal julgamento será realizado pelas comissões militares nomeadas pelo executivo. Em 7 de fevereiro de 2002, Bush assinou um memorando que estabelece que nenhum detento talibã ou membro da Al Qaeda será considerado prisioneiro de guerra e que, portanto, o referido art. 3o – exatamente aquele que garante normas mínimas para um julgamento justo e que proíbe a tortura, os maus-tratos e os atentados contra a dignidade dos prisioneiros, especialmente “os tratamentos humilhantes e degradantes” – não se aplicaria a eles. Assim, abria-se caminho para a noção de “combatente inimigo” e a suposta cobertura para as condições de detenção e técnicas de interrogatório “contra-terroristas”(Gómez, 2008, p.271-272).

quais tradicionalmente concebidos como estados democráticos de direito. Contudo, a incidência de violações de direitos humanos aumentou menos nos países que promulgaram legislações anti-terroristas do que nos demais. Os países não-democráticos e que não haviam promulgado uma legislação antiterrorista foram os principais responsáveis pelo aumento no número de violações.

Landman concluiu que, mesmo se a ação americana estivesse voltada para uma ameaça específica (redes de terrorismo transnacionais, como a Al-Qaeda) e associada à promoção da democracia, sua realização gerou efeitos que extrapolam largamente esses elementos. Países em circunstâncias diferentes, (incluindo nessas circunstâncias o fato de alguns não serem países democráticos) se associam a essa percepção de ameaça para responder a fenômenos diferentes dos enfrentados pelos americanos (Landman, 2006).

De forma complementar, os estudos de Rosemary Foot(2005) apontam para a relevância da resiliência da internalização de normas de Direitos Humanos na orientação do comportamento de certos Estados em relação ao seu alinhamento diante da ‘Guerra ao Terror’. Se, por um lado, aumenta o custo dos países que constituíram uma reputação de cumprimento de normas de direitos humanos de aderir à tal orientação, por outro, os países que em retrospecto se mostravam resistentes em relação aos constrangimentos que os regimes lhes impingiam, têm incentivo renovado não só para permanecerem negligentes, como também para adotarem o discurso do terror como uma norma de conduta em relação à sua política doméstica.

“Eu concluí que uma reputação construída sobre a preocupação com a proteção dos direitos humanos retêm uma capacidade de constranger as ações ao menos dos agentes políticos que, no passado, tenham tido uma base institucional internacional e doméstica firmemente estabelecida. Existe alguma robustez em relação as normas de direitos humanos, conforme demonstrado por certas ações governamentais, no trabalho de organizações não-governamentais(ONGs) transnacionais e domésticas de direitos humanos, e no nível da própria ONU... Contudo, em organizações e Estados onde essa base institucional para a proteção dos direitos humanos era menos sólida anteriormente aos eventos de 11 de Setembro de 2001, de forma não surpreendente, o que se têm observado são tentativas de demonstrar uma ação anti-terrorista efetiva mobilizada ao custo da negligência, e mesmo da deteriorização, da proteção dos direitos humanos. Em que medida essas tendências regressivas permanecerão está aberto a futuras investigações”(Foot, 2005, p.293)

O objetivo da discussão desses autores é apresentar a complexidade dos processos sociais que colocados em ação ou acelerados, por ocasião seja dos eventos de 11 de Setembro, seja da resposta americana a tais eventos. O objetivo deste capítulo não é apenas apresentar a complexidade dessas relações. Precisamos concebê-la de forma a poder depreender os efeitos desse processo de socialização para a análise de um espaço social específico. Entretanto, para investigarmos o impacto dessa conjuntura sobre o espaço social do conflito colombiano, devemos mapear os padrões de pensamento e ação que atravessam esses diferentes espaços e buscamos entender as novas condições de sua manifestação. Para tal, recorreremos ao trabalho de Didier Bigo, principalmente em seu artigo 'Globalized (in)Security: the field and the Ban-opticon'(2006). Nesse trabalho, ele diagnostica a presença de um campo globalizado da (in)segurança. Tal campo consiste na consolidação do *habitus* dos profissionais que administram esses aparelhos de segurança em suas diferentes instâncias (militares, policiais, controladores de fronteira, etc.)(cf. Bigo, 2002). Por meio da imposição desse *habitus*, os ditos profissionais da segurança reivindicam a capacidade de classificar e priorizar ameaças, e dessa forma, determinar o que exatamente constitui a segurança. A manifestação desse campo passaria a tornar-se cada vez mais presente após o 11 de Setembro, e daí decorreria a intensidade e diversidade de seus desdobramentos. Para Bigo, o que qualifica esse novo momento do campo da (in)segurança globalizada é a des-diferenciação da segurança interna e externa(Bigo, 2006, p.14).

Esses adensamento e acúmulo de informação teriam acarretado a convergência de procedimentos de segurança internos e externos num campo constituído pela consolidação do *habitus* dos profissionais que administram esses aparelhos de segurança. Através da imposição do referido *habitus*, os ditos 'administradores da inquietude' reivindicam a capacidade de classificar e priorizar ameaças, e, conseqüentemente, determinar o que exatamente constitui a segurança.

Bigo discute o reforço da manifestação deste *habitus* em detrimento da autonomia dos profissionais da política sobre o controle das fronteiras nacionais. Ao tentar argumentar pelos efeitos do campo da (in)segurança globalizada para a interconexão dos aparelhos de segurança na Europa, o autor demonstra que a autoridade dos políticos de definir autonomamente as prerrogativas da segurança

nacional se encontra contingentemente constrangida pelo adensamento das relações transnacionais no campo da segurança. Nas próximas sessões deste capítulo procederemos a uma análise de diferentes dimensões do contexto do conflito colombiano de forma a que possamos investigar o papel dos profissionais de segurança, assim como sua condição presente de transnacionalização, na formação desse contexto.

2.3.

As Forças Armadas Colombianas

2.3.1.

Formação das forças armadas e as relações entre civis e militares

O exército nacional colombiano começou a ser treinado a partir de 1907. O país acabava de passar pela Guerra dos Mil Dias e havia assistido com impotência a independência do Panamá ser conduzida pelos Estados Unidos. Durante o período de independência, no final do século XIX e início do século XX, representantes de ambos os partidos se mostraram ciosos de atribuir muita independência aos militares no que dizia respeito à influência na condução dos assuntos políticos. Durante certo período, eles foram efetivamente relegados a um papel secundário(Avilés, 2006a, p.26).

Em setembro de 1932, os peruanos ocuparam o porto colombiano de Letícia, tendo como consequência o conflito entre os dois países. O exército saiu desse breve conflito melhor equipado, melhor treinado e com um *ethos* profissional que até então não possuía. Mas o que deu o impulso definitivo à profissionalização e à expansão das atividades do exército colombiano, porém, foi a intensificação do conflito social nos anos 1930 e 1940. Esses militares, que estariam protegendo o país da guerra civil não puderam mais, a partir de então, ser ignorados pela política partidária. Políticos de ambos os partidos passaram a tentar influenciar a nomeação e promoção de oficiais(Palacios, 2006, p.97).

A primeira ocasião em que os militares intervieram na política nacional foi durante a tentativa fracassada de golpe contra Alfonso López Pumarejo, em 1944. Quando ele reassumiu a presidência, em 1942, setores da sociedade como a Igreja, o Partido Conservador e mesmo outros liberais se articularam para impedir que

ele reinserisse a plataforma reformista de seus quatro primeiros anos de mandato(1934-1938). Sua reputação com os militares já havia se deteriorado quando ele prendeu e fuzilou o secretário-geral do Ministério da Guerra, um importante oficial de carreira. Somavam-se a esse incidente rumores de que López desejava subordinar os militares ao controle da polícia. Em novembro de 1943, diante das pressões, ele deixou o governo nas mãos de Dario Echándia.

O congresso não aceitou, entretanto, a sua decisão de deixar o cargo. Em março de 1944, depois que os parlamentares rejeitam sua 2ª carta de renúncia, ele retornou ao cargo. Em 10 de julho de 1944, ele foi tornado prisioneiro por militares no sudeste da Colômbia, que anunciaram a intenção de tomar o poder. Esse coronel, porém, foi facilmente isolado, e o golpe fracassou. Havia rumores de que López desejava subordinar os militares ao controle da polícia. Entre julho e novembro de 1944, o governo decretou estado de Sítio, passou a legislar por decreto e impôs pesada censura sobre a imprensa(Palacios, 2006, p.116-120).

As relações entre as forças armadas e o governo se normalizaram rapidamente depois desse incidente. Com o fracasso das primeiras tentativas de negociação com as guerrilhas, o governo passou a mobilizar o exército para solucionar o problema a partir de 1952. No final de 1952 e início de 1953, o governo organizou uma contra-ofensiva em larga escala por parte dos militares.

Tanto os conflitos que marcaram o período da *La violencia* quanto os confrontos posteriores com as guerrilhas e outros grupos armados se concentraram em áreas de colonização rural recente ou de expansão da fronteira de colonização. Eram áreas onde historicamente carecia qualquer presença do Estado. Durante esse período, as forças armadas tiveram um papel importante na assistência aos proprietários de terra e aos criadores de gado que se localizavam em regiões próximas. Os militares trabalhavam não apenas na contenção das ações dos guerrilheiros, mas também no controle dos protestos sociais. Paralelamente a esse processo de repressão, houve a repressão do governo em relação aos sindicatos(Avilés, 2006a, p.30).

Nesse momento, os militares eram vistos como uma parte neutra na disputa partidária. Contudo, o mesmo não se pode dizer da força policial nacional, estabelecida em 1950, no governo de Laureano Gómez. A nova força, que respondia diretamente ao ministro do interior, viria a se tornar uma força poderosa a serviço da perseguição política. Muitas cidades de predominância

liberal foram invadidas por destacamentos policiais cujos membros foram recrutados em cidades de sólida hegemonia conservadora(Palacios, 2006, p.159).

Essas forças aumentaram os índices de violência em vez de trazer segurança, e o que se seguiu foi uma resposta liberal armada, fosse ela contra as próprias forças ou contra as comunidades vizinhas onde elas estavam sendo recrutadas. O crescimento da violência no país fortaleceu a oposição ao presidente. Diante disso, as forças armadas, que tradicionalmente se abstiveram de participar diretamente do cenário político⁸, resolveram se manifestar. A tentativa de politizar o papel da polícia nacional por parte do presidente Gómez causou grande contrariedade entre os militares. O presidente foi deposto pelo General Rojas Pinilla em 13 de junho de 1953, com apoio de grande parte dos setores da sociedade(ibid., p.144-150).

Rojas Pinilla recorreu a medidas fortemente repressivas para solucionar o problema da violência que se aprofundava no interior do país. Não apenas não conseguiu resolver as questões de segurança, como intensificou o processo de criminalização dos movimentos sociais que já podia ser verificado nas primeiras leituras que defendiam o estabelecimento de uma Doutrina de Segurança Nacional. O Estatuto de Segurança de Rojas Pinilla de 1955 indicava trinta e duas categorias de ‘perigo social’: alguns derivados de conceitos convencionais da criminologia italiana do início do século, como vadiagem, mendigagem, jogatina e cafetinagem; além de um inaugurado pelo estatuto, o de ‘desenvolvimento urbano clandestino’(ibid., p.244).

Um dos traços mais marcantes e controversos da administração de Rojas Pinilla foi a sua franca tentativa de construir um regime sobre dois pilares principais, a consolidação de um movimento trabalhista e uma atuação proeminente das forças armadas. Isso acabou por desgastar sua imagem, uma vez que fez com que ele fosse associado a líderes populistas vistos com desconfiança pelas elites nacionais e pelos Estados Unidos(Bushnell, 1993, p.219)⁹.

⁸ Segundo Alain Rouquie e Stephen Suffern, o fato de as forças armadas terem se consolidado dentro de um processo de guerra de contra-insurgência fez com que estas sejam compostas fundamentalmente de pequenos destacamentos independentes, de forma que não tenham a tendência de se mobilizar para promover golpes de Estado(Rouquie e Suffern, 1994).

⁹ A oposição desses grupos fez com que o governo de Rojas Pinilla fosse acusado de várias atitudes de clara restrição das liberdades de imprensa, como quando suspendeu publicação, em Agosto de 1955, do jornal El Tiempo de Bogotá(Bushnell, 1993, p.217).

Ao longo de sua administração, o governo foi insistentemente acusado de corrupção e de nepotismo. Tal fato desgastou não somente a imagem do presidente, mas também o prestígio das forças armadas. Em 10 de maio de 1957, foi assinado um acordo por meio do qual Rojas foi removido e substituído por uma junta militar de transição de cinco membros apontada por ele(Avilés, 2006a, p.31).

Na medida em que ficou clara a insustentabilidade do regime militar de Rojas Pinilla, uma nova engenharia teve que ser pensada para o funcionamento da relação entre civis e militares. Nas negociações que resultariam no governo da Frente Nacional, os líderes civis enfatizaram a importância de que os líderes militares ficassem afastados dos assuntos políticos e de Estado. Em compensação, os militares reivindicaram maior autonomia na condução dos assuntos de segurança interna, para que a racionalidade de suas operações não fosse comprometida pelos reveses da disputa partidária(ibid., p.35).

Os três governos colombianos que estiveram à frente do país durante os anos 1970 não buscaram a abertura política nem uma reforma que pudesse reduzir o papel das forças armadas na condução da política pública. Ao contrário, em 1980 mais de oito mil colombianos estavam presos por motivos políticos— a maioria dos quais sendo julgada em tribunais militares. Durante esse período, houve um crescimento significativo dos desaparecimentos forçados e das alegações de torturas cometidas por oficiais militares relatadas pelas organizações de direitos humanos(ibid., p.42).

Em 1977, os sindicatos organizaram a primeira grande greve geral da Colômbia. Numa interpretação consistente com as prescrições da Doutrina de Segurança Nacional, a greve geral foi percebida pelas forças armadas não como resultado das condições econômicas difíceis ou como resultado da negligência do Estado, mas como uma representação da subversão. O governo respondeu com a mobilização de milhares de tropas em diferentes cidades, com a declaração de estado de sítio, com o estabelecimento de toques de recolher e com a censura dos meios de comunicação.

O que se seguiu foram três dias de violência que tiveram como consequência o assassinato de 48 manifestantes pelas forças de segurança, assim como a detenção de cinco mil pessoas pelas forças armadas. A tentativa

subseqüente por parte do congresso de investigar a reação dos militares foi bloqueada por protestos estridentes advindos do alto comando das forças armadas.

Em seis de setembro de 1978, Turbay Ayala implementou medidas que expandiram muito significativamente o papel dos militares, além de por em ação um Estatuto de Segurança que acompanhava a política lançada por essas medidas, e alinhada com as visões dos militares. Os quatro anos de governo de Turbay Ayala foram o ápice tanto da autonomia quanto da influência institucional dos militares em um governo civil. As guerrilhas eram ostensivamente atacadas, e conforme observado no episódio da greve geral de 1977, várias formas de protesto social foram criminalizadas sob a alegação de subversão(Avilés, 2006a, p.41).

Os anos oitenta foram marcados por uma maior subordinação dos militares à autoridade civil. Prerrogativas das quais os militares gozavam nas décadas de 1950 e de 1960, como treinar e armar civis e patrulhas de autodefesa, assim como julgar civis em cortes militares, foram revogadas por decisões judiciais e por decretos presidenciais. O tamanho do exército cresceu, mas o orçamento militar cresceu proporcionalmente, de forma que os gastos militares não se alteraram substantivamente. O controle militar sobre o Ministério da Defesa, as agências de inteligência, e a justiça militar foi mantido(ibid., p.47).

O presidente Belisário Betancur(1982-1986) assumiu o governo defendendo a necessidade de se repensarem a autonomia e o apoio governamental dos quais os militares haviam gozado nos últimos anos. Seu discurso admitia que as políticas repressivas que envolviam a ação das forças armadas estariam subordinadas a iniciativas de caráter nacional de diálogo e acomodação.

Desde o início da sua administração, a estratégia de diálogo de Betancur e o aumento de gasto com políticas de bem estar social encontraram forte oposição junto às Forças Armadas. O Comandante das Forças Armadas e Ministro da Defesa, General Fernando Landázabal, veio a público para se opor não somente ao processo de paz de Betancur¹⁰, como aos planos do Presidente para julgar os oficiais militares em cortes civis por violações de direitos humanos. O general foi afastado por insubordinação(ibid., p.42-43).

¹⁰ A tensão entre o executivo e os militares chegou a tal ponto que, além da declaração do general, grupos militares vieram a público ridicularizar o processo de paz(Avilés, 2006a, p.43).

Em novembro de 1985, uma unidade do grupo guerrilheiro Movimento 19 de Abril¹¹ invadiu o Palácio de Justiça de Bogotá, Sede da Suprema Corte da Colômbia. O grupo tomou os ocupantes do prédio como reféns, incluindo os doze membros da Suprema Corte. O exército avançou em direção à porta de entrada do palácio com um tanque, numa operação para reocupar o prédio. A operação durou 27 horas e mais de 100 colombianos morreram, incluindo 11 dos 12 Juízes da Suprema Corte. A opinião pública, apesar de ter condenado a ação da guerrilha, também condenou veementemente a atuação dos militares.

O Presidente Betancur, tentando demonstrar unidade no sistema político, assumiu a responsabilidade pelo acontecido. Contudo, a reação da opinião pública demonstrou grande contrariedade em relação à forma arbitrária e revanchista¹² com que os militares lidaram com a situação (Palacios, 2006, p.207; Avilés, 2006a, p.47). Três anos depois do incidente, o procurador geral ordenou o fuzilamento do general que ordenou a retomada militar do prédio. Isso gerou grande oposição de uma parte da opinião pública e dos partidos políticos (o Senado, por exemplo, tinha recentemente autorizado a promoção desse mesmo general), mas a Suprema Corte apoiou a ordem de fuzilamento (Palacios, 2006, p.207).

Outra questão importante que mobilizou a atenção dos militares no final da década de 1980 e início dos 1990 foram as questões da justiça militar e do foro militar privilegiado¹³. Desde o período da *violencia*, os governantes colombianos recorreram frequentemente ao decreto do estado de sítio. O reforço das

¹¹ O M-19 foi fundado oficialmente em 1972, fundamentalmente por membros radicais da Aliança Nacional Popular (ANAPO), mas também por membros do PCC e das FARC (Avilés, 2006a, p.39). A ANAPO foi o Partido formado pelo general Rojas Pinilla, que comandou o país entre 1950 e 1953, para concorrer às eleições de 1970 após sua volta do exílio. A derrota do General, e as acusações de fraude eleitoral são os elementos catalizadores da composição do movimento. Com a libertação, por parte do M-19, do ex-candidato à Presidência Álvaro Gómez, o Presidente Virgílio Barco (1986-1990) anunciou uma nova iniciativa de paz. O M-19 aceitou abandonar as armas, em troca fundamentalmente de uma entrada para a via política e participação na assembléia constituinte que estava para ser formada (Palacios, 2006, p.212). Concorreu às eleições legislativas ao compor uma coalizão chamada Aliança Democrática M-19. O grupo foi a grande surpresa do processo eleitoral, conseguindo 26,4% dos votos (Benjarano, 2001, p.58)

¹² Além das críticas dos militares em relação ao processo de paz e à anistia concedida a muitos guerrilheiros durante o governo de Betancur; em 1979 o M-19 impôs séria humilhação às forças armadas colombianas quando procederam a um roubo de armas a uma instalação militar localizada em Bogotá (Bushnell, 1993, p.253). Testemunhas do episódio da tomada do palácio de justiça relatam que não só, em sua opinião, a brutalidade do assalto policial foi a principal responsável pela morte de vários reféns; mas que eles assassinaram uma dezena de sobreviventes entre os membros da guerrilha (Pécault, 2006, p.334)

¹³ Foro militar privilegiado é a autonomia de uma instituição militar de julgar seus membros em tribunais militares, em vez de tribunais civis (Avilés, 2006a, p.94).

prerrogativas dos militares e do executivo que o estabelecimento de tal condição previa multiplicava os poderes repressivos do governo na sua tentativa de conter os ataques dos grupos armados. Contudo, durante o exercício desse estado de sítio, civis foram levados, em diversas oportunidades, a julgamento em tribunais militares por crimes previstos na justiça comum. Em 1987, a Suprema Corte declarou tal prática inconstitucional (Safford e Palacios, 2002, p.369) - proibição tal reafirmada na Constituição de 1991 (Palacios, 2006, p.244).

Em 1989, o Presidente Virgílio Barco, por meio do Decreto 1150, estabeleceu a Comissão Presidencial para a Reforma da Administração Pública. As recomendações da Comissão focaram em reduzir a influência dos militares e em expandir o papel dos civis nos assuntos militares. Várias organizações intergovernamentais e não-governamentais estavam acusando as Forças Armadas Colombianas de, através do estabelecimento de seus tribunais, estarem perpetuando a impunidade e a violação de direitos humanos. Os relatórios das diferentes organizações apontavam para o envolvimento de militares no massacre de civis desarmados; no apoio e no envolvimento em esquadrões da morte paramilitares; no acobertamento de crimes de direitos humanos.

O relatório final emitido por essa comissão, em agosto de 1990 recomendava a criação de um Conselho Presidencial de Segurança “que iria centralizar a análise, o desenho e a direção das estratégias de segurança nacional num gabinete comandado por um civil”¹⁴ (Avilés, 2006a, p.62).

Apesar de os militares terem conseguido que a Constituição de 1991 não interviesse em seu direito a foro militar privilegiado, agências preexistentes, lideradas por civis¹⁵, assim como escritórios desenvolvidos pela Constituição de 1991, tinham o poder de investigar os órgãos militares acusados de violações de direitos humanos. Muitos casos de direitos humanos envolvendo militares foram iniciados pelo Ministério Público. O Escritório do Procurador Geral foi investido da responsabilidade de trazer acusações contra os membros das forças do Estado, incluindo os membros das forças armadas. Ele passava a ter o direito de

¹⁴ Contudo, o controle militar sobre o ministério da defesa, as agências de inteligência, e a justiça militar foi mantido (Avilés, 2006a, p.47).

¹⁵ Apesar dessas agências civis poderem iniciar processos criminais contra militares, oficiais do judiciário das forças armadas normalmente desafiam essas prerrogativas. A decisão da jurisdição entre uma corte militar e uma civil fica na mão do conselho superior do judiciário, mas precisamente da Câmara Disciplinaria Jurisdicional. Esses magistrados recorrentemente redigiram em favor da jurisdição militar (Avilés, 2006a, p.95).

investigar violações de direitos humanos e de ordenar a remoção do serviço de membros das forças armadas, da polícia nacional, e de qualquer outro ator do Estado responsável por essas violações (Avilés, 2006a, p.95).

Outras medidas de caráter modernizante foram tomadas por ocasião da promulgação da nova constituição. De 1991 em diante, convencionou-se apontar um civil para o comando do Ministério da Defesa¹⁶. Até 1991, o controle das agências de inteligências era conduzido por militares da ativa, com pouca supervisão por parte das autoridades civis. A partir daquele ano, convencionou-se ainda a indicação de um civil para o Departamento de Administração da Segurança(DAS), a organização que centraliza a inteligência doméstica e responde diretamente ao presidente. Em 1993, surgiram diferentes iniciativas executivas para aumentar o treinamento sobre direitos humanos dentro das forças armadas e a consolidação de um gabinete de direitos humanos dedicado à promoção dos mesmos dentro das forças armadas.

O Presidente Ernesto Samper(1994-1998) assumiu o governo com um discurso que ressaltava a necessidade de se reforçarem os mecanismos de monitoramento das violações de direitos humanos e se reformar o sistema de justiça militar. Em agosto de 1994, a Comissão de Direitos Humanos (órgão de status ministerial) e o governo reativaram a Comissão de Reforma da Justiça Militar para lidar com as questões de impunidade dos oficiais de polícia e das tropas militares. Em março de 1995 o governo Samper organizou uma comissão especial de 16 indivíduos que deveriam estar encarregados de desenvolver os elementos centrais de uma nova lei que deveria substituir o Código Penal de 1988.

A comissão foi dividida entre representantes civis e militares. Os militares acabavam por obstruir a pauta da Comissão, o que dificultava o desenvolvimento de questões substantivas. Em nove de setembro de 1997 a proposta de um novo Código Penal Militar foi apresentada ao Legislativo. A reforma proposta removeria necessariamente os crimes de tortura, genocídio, desaparecimento forçado e outras violações de direitos humanos da jurisdição dos tribunais militares, em consonância com o decreto constitucional de março de 1995. Contudo, no final, o congresso obstruiu a passagem da lei.

¹⁶ Em 18 de Agosto de 1991, Rafael Pardo foi nomeado o primeiro ministro civil da defesa em 40 anos(Avilés, 2006a, p.65).

A administração Pastrana foi mais bem sucedida em passar uma legislação na tentativa de reorganizar o Ministério da Defesa. O governo propôs uma nova Lei Nacional de Defesa e Segurança, e reformou o Código Penal em agosto de 1999(que só entrou em vigor a partir de agosto de 2000). A novidade do novo Código Penal era sua proibição específica de que o sistema de justiça militar julgasse crimes de desaparecimento, genocídio e tortura¹⁷. Apesar de ter conseguido avançar nessa questão, a relação do governo com os militares também foi marcada por fortes tensões. Durante o processo de negociação com as FARC, o compromisso de buscar uma saída negociada para o conflito (que o havia levado a vitória eleitoral) e, sobretudo, a concessão de uma zona desmilitarizada(ZD), causou grande contrariedade entre as fileiras militares¹⁸(cf. Isaacson, 2003).

2.3.2.

O papel dos Estados Unidos

Com a Segunda Guerra Mundial, a Colômbia reforçou a sua aliança diplomática com os Estados Unidos. A Colômbia foi o único país da América Latina a mandar tropas para a Guerra da Coreia, onde seus soldados se tornaram familiarizados com as táticas e instrumentos de contra insurgência que estavam sendo utilizados pelos americanos (Palacios, 2006, p.115). Por outro lado, o embaixador americano apoiava publicamente as medidas autoritárias do Presidente Mariano Ospina Perez. Ospina assegurou o apoio do exército ao promover oficiais conservadores e marginalizar os liberais. Diante do crescimento dos níveis de violência do país, Ospina passou a recorrer frequentemente ao exército para restabelecer o controle. Da mesma forma, a polícia era largamente utilizada como instrumento repressivo(Avilés, 2006a, p.30)

¹⁷ O novo código penal deixava de fora, contudo, crimes como estupro e execuções extrajudiciais(Avilés, 2006a, p.129).

¹⁸ O primeiro Ministro da Defesa de Pastrana, Rodrigo Lloreda, se demitiu em Maio de 1999, por sua contrariedade em relação à extensão da zona desmilitarizada. Uma grande quantidade de generais e oficiais de menor patente ameaçaram deixar seus cargos junto com ele. Além da questão da zona desmilitarizada e a conseqüente abandono de cargo por Rodrigo Lloreda, havia, segundo Avilés, duas outras questões que alteraram os ânimos dos militares: A dispensa dos Generais Fernando Millán e Rito Alejo del Río por conexões por grupos paramilitares; e um novo projeto de lei que visava reformar as regulamentações presentes em relação às violações de direitos humanos por parte dos militares(Avilés, 2006a, p.128).

No imediato pós-2ª Guerra Mundial, pela primeira vez, duas missões militares americanas vieram à Colômbia como consultoras para auxiliar os trabalhos da Marinha e da Aeronáutica (Palacios, 2006, p.116). Por trás do apoio americano à Ospina Perez estavam a promoção da chamada ‘Doutrina de Segurança Nacional’¹⁹ e a importância atribuída à ‘luta contra o comunismo’. Isso muitas vezes implicava o apoio a regimes anticomunistas autoritários através de ajuda econômica e militar(Avilés, 2006a, p.37).

Em 1952, a Colômbia e os Estados Unidos assinaram um Acordo de Assistência de Defesa Mútua, através do qual os Estados Unidos concordavam em prover assistência militar à Colômbia com o objetivo de ‘manter a paz no hemisfério ocidental’. Em 1954, os militares, utilizando as novas estratégias de contra-insurgência aprendidas com os americanos durante a Guerra da Coreia, lançaram uma campanha contra grupos guerrilheiros que haviam estabelecido colônias de autodefesa no interior do país. Essa intervenção conseguiu dismantlar os núcleos que tinham se estabelecido na comunidade de El Davis, principal alvo da campanha. Os guerrilheiros, assim como os camponeses estabelecidos na comunidade, foram deslocados em direção às fronteiras de colonização rural²⁰(Palacios, 2006, p.163).

Os resultados da influência americana na concepção de uma doutrina de segurança nacional para a Colômbia continuaram repercutindo na década de 1960. Um dos resultados desse alinhamento com os americanos no lançamento das diretrizes das ações de contra-insurgência foi o Plano Lazo. O plano incorporava o planejamento de obras públicas assim como o fornecimento de armas e o treinamento de civis em patrulhas de autodefesa. Esses programas, envolvendo o armamento de civis, eram substancialmente financiados pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional(United States Agency for

¹⁹ A Doutrina de Segurança Nacional é um conjunto inter-relacionado de conceitos que envolve desenvolvimento, guerra de contra insurgência e segurança. É uma doutrina que enfatiza a segurança interna sobre a segurança externa. Ela não necessariamente lida apenas com aspectos militares mas pode incorporar uma série de medidas de desenvolvimento social com vistas a solapar a base de apoio dos grupos insurgentes. (Avilés, 2006a, p.38).

²⁰ Tanto os conflitos que marcaram o período *La violencia* quanto os confrontos posteriores com as guerrilhas e outros grupos armados se concentraram em áreas de colonização rural recente ou de expansão da fronteira de colonização. Eram áreas onde historicamente carecia-se de qualquer presença do Estado. Durante esse período, as forças armadas tiveram um papel importante na assistência os proprietários de terra e criadores de gado que se localizavam em regiões próximas. O militares trabalhavam não apenas na contensão das ações dos guerrilheiros, mas no controle dos protestos sociais. Paralelamente a esse processo de repressão, havia a repressão do governo em relação aos sindicatos(Avilés, 2006a, p.30).

International Development- USAID) e por programas de auxílio das Forças Armadas americanas, e não pelo orçamento doméstico colombiano(Avilés, 2006a, p.38).

As forças armadas americanas recomendavam o uso de unidades paramilitares em operações de contra-insurgência. Em 1962, as forças armadas americanas prescreveram ainda que os militares colombianos ‘selecionassem pessoal civil e militar para treinamento clandestino em operações de resistência’; e que fossem utilizadas operações paramilitares, táticas de sabotagem e atividades terroristas contra conhecidos proponentes comunistas.(ibid., p.106; HRW, 1996, p.12).

“A organização dos grupos de auto defesa foi incorporada nos manuais militares que enfatizavam a importância de uma ‘rede de defesa’ e utilizavam esses grupos para ‘busca, controle e operações destrutivas’. Os manuais de treinamento de 1969, 1979, 1982 e 1987 enfatizavam a importância de organizar a população civil. Os grupos de auto-defesa iriam apoiar as operações de combate militar contra a ‘subversão’ através da compilação de informações de inteligência, a condução de operações militares contra a insurgência, e/ou atuando como guias para ataques militares (NCOS, 1995, p.21-27). Esses documentos de treinamento recomendavam que camponeses percebidos como suspeitos deveriam ser ameaçados de forma a que abandonasse a região ou que se referissem a eles como ‘o inimigo’(ibid, p.14-15). O regulamento de combate Anti-guerrilheiro EJC3-10, de 1987 enfatizava que os potenciais subversivos incluíam ‘trabalhadores, estudantes e movimentos políticos camponeses, etc.’, de maneira consistente com a concepção da Doutrina de Segurança nacional de ‘inimigo interno’(Centro de Investigación y Educación Populas, 2003, p.1)”(Avilés, 2006a, p.107).

Em 1965, através do decreto presidencial 3398 (posteriormente transformado na lei 48 de 1968), o exército foi autorizado a formar grupos de autodefesa compostos por membros da população civil(Avilés, 2006a, p.107).

Nos anos 1980, a direção da política externa americana em relação à Colômbia e aos demais países andinos deu uma guinada decisiva na direção do discurso da guerra contra o narcotráfico. Em abril de 1986 o então presidente Ronald Reagan emitiu um Decisão Diretiva de Segurança Nacional(National Security Decision Directive- NSDD) na qual qualificava o tráfico de drogas como uma ameaça ‘letal’ à segurança dos Estados Unidos. (ibid., p.47-48).

O presidente George Bush deu prosseguimento à linha do seu antecessor, por meio da ‘Estratégia Andina’, anunciada em setembro de 1989. Tal iniciativa

disponibilizava US\$ 2,2 bilhões num programa de 5 anos, entre 1991 e 1995, e previa investimentos fundamentalmente na área militar.

Em 1990, o próprio congresso americano aprovou uma emenda à Lei de Assistência Estrangeira para incorporar condicionalidades relativas ao cumprimento dos direitos humanos. A emenda permitiria que se transferisse o excedente de armas do exército norte americano para os países da América Latina e do Caribe para propósitos de ação anti-narcóticos, conquanto que tais países tivessem governos democráticos e que suas forças armadas não estivessem envolvidas em violações graves de direitos humanos. Contudo, monitorar o cumprimento dessas condições era praticamente impossível.

Além disso, não havia condicionalidades ao processo de treinamento. Em 1989, a Central Americana de Inteligência- CIA dedicava um quarto de seus esforços na América Latina para a guerra contra as drogas, e as Forças Especiais das Forças Armadas Americanas (*U.S. Army Special Forces*) foram autorizadas a acompanhar as forças colombianas no treinamento de patrulhas anti-narcóticos²¹. Em 1991, o Congresso norte-americano requisitou que os programas internacionais de educação e treinamento militar fornecidos pelo Pentágono fossem expandidos para focar nas necessidades das ‘novas democracias’.

Esses programas haviam sido estabelecidos pela primeira vez em 1976 e tinham por objetivo prover treinamento profissional, de exercício de liderança, e de capacidade administrativa e organizacional. O programa era destinado a líderes militares de patente alta e oficiais de média patente com destacado potencial de liderança(Avilés, 2006a, p.59).

Durante o governo Gavéria, os Estados Unidos aprofundaram seu envolvimento no apoio aos serviços de segurança na região andina. A centralização dos serviços de segurança era vista particularmente como central na guerra contra as drogas. A aplicação de tais diretrizes para a Colômbia implicava na criação de 34 redes de inteligência urbanas e rurais). Em 1991, as forças especiais norte americanas enviaram membros de seu pessoal para cada uma das 14 bases regionais da polícia nacional colombiana. (Ibid., 2006a, p.101).

Ainda durante o governo Gavéria, uma preocupação que se acrescentou às questões de segurança foi a da energia. Entre 1990 e 1999, a produção de petróleo

²¹ Entre 1988 e 1991, a ajuda militar dos Estados Unidos à Colômbia aumentou 7 vezes(Avilés, 2006a, p.49).

cresceu 78% na Colômbia, transformando o produto na maior fonte de dividendos de exportação da economia colombiana. Esse crescimento do setor de energia não só gerou mudanças nas prioridades de segurança, mas também incentivou o envolvimento direto dessas empresas transnacionais na manutenção da segurança. Os dutos de petróleo haviam se tornado alvo dos bombardeios dos grupos armados, especialmente do ELN, cujo objetivo era extorquir financiamento das companhias. Em resposta a tais ameaças, o governo expandiu o número de batalhões especificamente treinados para defender a infra-estrutura de energia do país.

Em 1991, a British Petroleum (BP) financiou o estabelecimento da XVI Brigada, uma unidade militar formada por cinco mil homens com o objetivo de proteger os dutos de petróleo que estavam sendo bombardeados pela guerrilha. Essa brigada foi acusada por diferentes organizações de direitos humanos de trabalhar em colaboração com os paramilitares na tentativa de eliminar movimentos populares de oposição não-armados nas comunidades em volta dos dutos. O chefe da inteligência militar local alega que a os oficiais da BP compartilham com os oficiais militares fotografias e vídeos de protestos ambientais na tentativa de detectar ‘subversivos’ em potencial.

Segundo Avilés, em 1996 a BP e a Occidental assinaram um contrato de proteção de três anos com o Ministério da Defesa num valor estimado entre US\$ 54 e US\$60 milhões para a criação de batalhões especificamente designados para assegurar seus investimentos. (Avilés, 2006a, p.80).

O Departamento de Estado norte-mericano, por sua vez, acusou as forças armadas colombianas de apoiarem grupos paramilitares entre 1993 e 1998, em seus relatórios anuais de direitos humanos. Entretanto, o processo de monitoramento da utilização do equipamento militar fornecido pelos Estados Unidos e da atuação das unidades que recebiam esses materiais era praticamente inviável.

Em 1997, o Departamento de Estado demandou que o governo colombiano assinasse um acordo de condicionalidade que requeria que todas as unidades recebendo apoio militar americano deveriam ser avaliadas minuciosamente no seu cumprimento das normas de direitos humanos antes de recebê-las. A oposição ao acordo causou a demissão do Ministro da Defesa Harold Bedoya. Os ministros posteriores apoiaram os termos do tratado em nome do Executivo, mas foram

duramente criticados por vários grupos de militares colombianos que se opunham à condicionalidade.

Apesar da decisão americana de retirar a certificação da Colômbia (e todo o processo de interrupção de fornecimento de ajuda que decorreu dessa retirada) em março de 1996, Samper propôs um programa de expansão para as forças armadas que previa despesas governamentais da ordem de dois bilhões de dólares em 1997. Os colombianos mais ricos foram compelidos a comprar títulos de guerra que totalizavam US\$ 421 milhões, a serem usados especificamente para operações policiais e militares. Entre os objetivos estavam a compra de helicópteros Blackhawk, a criação de uma nova brigada móvel, e dispositivos de comunicação e de visão noturna(Avilés, 2006a, p.83).

O presidente Andrés Pastrana subiu ao poder com forte apoio americano, o que elevou os valores do financiamento americano à Colômbia a níveis sem precedentes. Em 1998, a Colômbia se tornou o terceiro maior receptor de ajuda americana, atrás apenas de Israel e do Egito. Nenhum outro país tinha tantos soldados sendo treinados nos Estados Unidos nem tantas tropas especiais sendo auxiliadas pelos americanos quanto a Colômbia(Leongómez, 2004, p.268).

A estratégia do governo Pastrana para resolver o conflito interno do país envolvia, além do processo de paz, o desenvolvimento de um plano estimado em US\$ 7,5 bilhões (a ser dividido entre um grande conjunto de doadores), que foi chamado de Plano Colômbia. A proposta final, redigida em 1998, focava em programas de redistribuição e ampliação do apoio do governo às áreas que haviam durante muito tempo sido negligenciadas pelo Estado. Dentro de um ano essa proposta foi descartada em função de outra, que enfatizava investidas militares a regiões de plantio de coca – uma estratégia que tinha como objetivo tornar essas terras disponíveis e atrativas ao capital estrangeiro, além da modernização e do fortalecimento geral das forças armadas²²(Avilés, 2006a, p.130).

Dos 1,6 bilhão aplicados pelos americanos nessa nova versão do Plano Colômbia (ao longo de cinco anos), quase US\$ 1 bilhão foi destinado às forças armadas colombianas, o que incluiu o equipamento e o treinamento de três

²² Em Outubro de 2000, a então presidência francesa emitiu um comunicado a partir do qual a União Européia se afastava do Plano Colômbia e afirma que buscava uma maneira alternativa para a sua participação no conflito colombiano, que privilegiasse seu foco no processo de paz e na solução negociada; na participação da sociedade civil e da proteção dos Direitos Humanos, entre outras prioridades(Carvajal e Pardo, 2002).

batalhões anti-narcóticos. Essa ajuda foi fornecida mesmo a grupos com comprovada ou suspeita ligação com grupos paramilitares – ou que houvessem sido acusados de violações de direitos humanos. O plano incluía um procedimento de protelação das normas de direitos humanos que permitia que o presidente dos Estados Unidos abrisse mão das condicionalidades para prover uma ajuda que fosse do interesse da segurança nacional americana. O presidente Clinton reconheceu as limitações do Estado colombiano no monitoramento e na punição das violações de direitos humanos, contudo, abriu mão das condicionalidades para o lançamento do plano(Avilés, 2006a, p.130).

Ao longo da administração do presidente americano Bill Clinton houve uma tensão entre o departamento de Estado e o Departamento de Defesa, traduzindo uma tensão existente na própria opinião pública americana. Enquanto analistas do Departamento de Estado afirmavam que o Plano Colômbia era, no que tange a seus componentes militares, um plano anti-narcóticos, analistas do Departamento de Defesa insistiam na tese de que as fronteiras entre o narcotráfico e as guerrilhas eram tão tênues que o Plano acabaria tendo que envolver um componente contra-insurgente(Leongómez, 2004, p.78).

Entre 2000 e 2004, a ajuda estadunidense sofreu uma transformação. Inicialmente, a ajuda militar esteve destinada, prioritariamente, ao combate às drogas. Apesar das exigências do governo Pastrana, os funcionários norte-americanos continuaram reafirmando de maneira taxativa que a luta contra o tráfico de drogas continuaria sendo o tema central da agenda bilateral entre Washington e Bogotá(ibid., 2004, p.269). A partir de 11 de setembro de 2001, a política externa de Washington tendeu a se voltar para a conformação de uma coalizão mundial antiterrorista, e se abriram as comportas para a utilização direta desses recursos na guerra interna contra as organizações armadas não-estatais²³(ibid., 2004, p.257).

Uma das primeiras decisões do governo Uribe foi a de, com apoio americano, criar três batalhões do exército especializados na luta anti-narcóticos e composto cada um por mil homens, helicópteros de artilharia e alta tecnologia de

²³ Em 8 de Novembro de 2001, Mark Souder, presidente do grupo de ação contra as drogas da câmara de representantes dos Estados Unidos, depois de uma reunião com o presidente Andrés Pastrana, sustentou que, ‘a linha que podia existir entre insurgência, narcotráfico e terrorismo desapareceu totalmente’, e portanto, que os recursos entregues a seu país para a luta anti-narcóticos poderiam ser utilizados para combater as FARC, o ELN e as AUC, se o governo colombiano assim o quisesse(Leongómez, 2004, p.277).

inteligência e comunicação. O primeiro batalhão deste tipo teve como objetivo apoiar a polícia nacional na erradicação dos cultivos de coca no departamento de Putumayo, no limite entre Equador e Peru – área de valor estratégico tanto para as FARC quanto para os grupos paramilitares (Leongómez, 2004, p.270). Em agosto de 2002, uma mudança nas leis americanas abriu a brecha necessária para que os recursos reservados para a ‘Guerra contra as Drogas’ fossem mobilizados para a ‘Guerra contra o Terror’.

A administração Bush atuou de forma mais aberta do que as demais no sentido de permitir ao governo colombiano o uso da ajuda militar americana especificamente para a guerra de contra-insurgência. O governo assistiu inclusive a empresa transnacional Occidental Petroleum, ao designar US\$ 100 milhões para uma brigada do exército colombiano que tinha como principal objetivo proteger seu oleoduto dos ataques de grupos armados (Vaicius and Isaacson, 2003).

Essa postura do governo Bush pode ser ilustrada pela declaração de Francis Taylor, então Coordenador do Escritório de Antiterrorismo do Departamento de Estado, para o Subcomitê para o Hemisfério Ocidental da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. Segundo ele, o momento exigiria que a política externa americana para a região fosse pensada sob a lógica da formação de uma coalizão antiterrorista. Seu escritório estaria trabalhando, para formular uma estratégia antiterrorista para Colômbia e para os demais países da região andina, como um complemento do Plano Colômbia. O escritório destinou para tal iniciativa a quantidade de 58 milhões de dólares, mais algumas cotas extras do ‘suplemento de emergência, criado pelo Congresso depois dos atentados de 11 de setembro (apud Leongómez, 2004, p.278).

Principalmente nos primeiros anos do governo Uribe, houve uma notável expansão das atividades do exército ao longo do território nacional. Contudo essa expansão veio acompanhada de uma série de controvérsias. Vários grupos criticaram a arbitrariedade da ação das forças colombianas, que segundo eles incorrem em:

“Graves violações de direitos humanos, e do Direito Internacional Humanitário pelos agentes do Estado, incluindo execuções extrajudiciais, tortura e desaparecimento forçado perpetrados por membros das forças de segurança; vitimizandando especialmente à população pobre rural e urbana...

A oposição política, assim como jornalistas e defensores dos direitos humanos, tem denunciado o monitoramento legal constante de suas atividades pelas agências de

inteligência do governo, perseguição por autoridades judiciais e ameaças- por vezes supostamente em associação com autoridades locais e membros das forças de segurança- por grupos paramilitares ou novos grupos armados ilegais” (Latin America Briefing, 2009, p.2).

Em setembro de 2008, um evento ganhou forte destaque na mídia colombiana: no Departamento Norte de Santander, o exército nacional foi denunciado por estar envolvido em execuções extrajudiciais de 11 jovens do município de Soacha. Os assassinatos tinham por objetivo uma prática que já vinha sendo denunciada em relação à atuação dos militares durante o governo Uribe, a dos chamados ‘Falsos Positivos’²⁴. Falsos Positivos são assassinatos de cidadãos inocentes apresentados pelas forças de segurança como mortes de membros dos grupos armados ilegais, com o objetivo de inflar a contagem de baixas e, dessa forma, melhorar a imagem de eficiência do exército e obter recomendações. Como resultado do escândalo proveniente dessa denúncia, em 29 de Outubro de 2008 o governo afastou definitivamente 27 oficiais do exército, incluindo três generais e quatro coronéis, além de provocar a decisão do Comandante do exército General Mario Montoya de pedir demissão de seu cargo(Latin America Briefing, 2009, p.8-9).

2.4.

Formação dos demais grupos armados

2.4.1.

Formação das guerrilhas

A competição entre os partidos liberal e conservador marcou a política colombiana do século XX. Estes partidos têm historicamente estado enredados nas redes políticas dos diferentes setores das elites econômicas, e empregando instrumentos violentos, clientelísticos e institucionais(Avilés, 2006a, p.25).

“Essas lealdades têm sido forjadas através de uma série de guerras civis (de escala e intensidade variadas) lutadas entre 1841 e 1902, e que têm claramente suas origens nas guerras de independência (1811-1816); e na luta entre as facções na Colômbia durante a era de Bolívar, entre 1826 e 1831” (Palacios, 2002, p.16)

²⁴ ‘Positivo’ é um eufemismo usado pelos oficiais colombianos para se referir à morte de um combatente guerrilheiro ou paramilitar.

Após a independência, uma guerra civil entre Conservadores e Liberais teve início. O desgaste produzido pela guerra, por sua vez, deixou o país sem condições de resistir à separação do Panamá conduzida pelos Estados Unidos em 1903. Depois da guerra, houve um período de mais de quarenta anos(1902-1946) em que o conflito se restringiu a níveis mínimos. O processo de descentralização e de formação de milícias privadas não havia se desfeito, mas o desgaste produzido pela intensidade da guerra levou essas forças à exaustão(Abel e Palacios, 1994).

A expansão econômica pela qual o país enveredou neste momento de refreamento das hostilidades, viabilizada pelo crescimento das exportações de café e pelo investimento na industrialização do país, foi obstruída pela crise de 1929, embora não de forma tão devastadora como nos demais países da América Latina. Os efeitos foram sentidos na esfera política também, de forma que os conservadores tiveram seu predomínio rompido pela vitória do Partido Liberal²⁵.

Os governos liberais dos anos 1930 tentaram controlar a crescente inquietação social ao permitir que camponeses se organizassem em sindicatos, assim como tentaram empreender uma reforma agrária de pequena escala (Avilés, 2006a, p.28). Em 1934, os liberais elegeram o presidente Alfonso López Pumarejo(1934-1938), que colocou em ação um programa de reforma chamado ‘Revolução em Marcha’, capitaneado por um projeto de reforma agrária que sofreu forte oposição das elites rurais²⁶ (de la Peña, 1994; Safford e Palacios, 2002). Contudo, a tentativa, instituída a partir da lei 100 de 1936, foi o eixo através do qual as disputas entre os dois grupos tornaram a tomar uma posição mais assertiva (Palacios, 2006, p.104). O contexto da crise, a inquietação social que decorreu dele, e a alternância de poder desestabilizaram a engenharia do

²⁵ O período que vai de 1885 até 1927 é chamado de República Conservadora. Apesar dos índices de violência mais baixos do que o que se seguiria, Willian Avilés afirma se tratar de um período onde o exercício da repressão substituiu a integração institucional. Apesar de o prefeito serem apontados pelo governo nacional, o conselho municipal era eleito por voto direto. Era prerrogativa desse Conselho, controlado pelos líderes políticos locais, nomear não só os juízes regionais, como os comandantes das forças policiais, o que ocasionava uma forte subordinação em relação aos líderes políticos locais (Avilés, 2006a, p.27; Palacios, 2006, p.99-100).

²⁶ A proposta visava permitir aos colonos arrendatários que reivindicarem a terra que eles estivessem cultivando, contanto que essa terra não houvesse previamente sido registrada por outro. Contudo, diante do protesto e da mobilização dos grandes proprietários em torno da questão foi aprovada uma medida de regulação em 1938 que dava aos proprietários de fato o direito de registrarem a terra, tornando a lei de 1936 praticamente ineficaz(de la Peña, 1994).

sistema de lealdades partidárias que tinha se estabelecido, de forma que a violência política e o conflito social se intensificaram no país nos anos 1930 e 1940(Avilés, 2006a, p.28).

López Pumarejo foi reeleito em 1942, e vários setores da elite colombiana se articularam numa tentativa de golpe que fracassou²⁷. Em vista disso, entre julho e novembro de 1944, o governo decretou estado de sítio, passou a legislar por decreto e impôs censura sobre a imprensa(Palacios, 2006, p.116)

Em 1946, o quadro de agitação social ganhou contornos mais intensos com o impasse causado pelos resultados do processo eleitoral. A disputa presidencial foi vencida pelo político conservador Mariano Ospina Perez(1946-1950), contudo, tanto ambas as casas do Congresso quanto os Conselhos Municipais (que nomeavam juízes e cargos das forças municipais) estavam dominadas por membros do Partido Liberal. Após essa eleição, os índices de violência se intensificaram em várias partes do país. Os conservadores começaram uma campanha de intimidação, assassinando políticos liberais, queimando escritórios do partido, destruindo os jornais. Em 1947 os liberais tinham estabelecido abrigos em muitas cidades. As piores expressões de violência sectária ocorreram nos municípios mais pobres (ibid., p.141).

Em abril de 1948, a IX Conferência Internacional dos Estados Americanos foi realizada em Bogotá. A expectativa era de que durante essa conferência fosse criada a Organização dos Estados Americanos (OEA). Em nove de Abril, Jorge Eliécer Gaitán, principal personalidade do Partido Liberal e provável candidato à presidência nas eleições seguintes, foi assassinado durante o período de manifestações sociais que estavam sendo realizadas em Bogotá por ocasião da Conferência²⁸(Bushnell, 1993, p.202) .

²⁷ Quando López reassumiu a presidência em 1942, setores da sociedade como a Igreja, o Partido Conservador e os liberais de direita estavam com medo da volta da postura reformista de López. Além disso, sua reputação com os militares se deteriorou quando ele prendeu e fuzilou o secretário geral do ministério da Guerra, um importante oficial de carreira. Havia rumores de que López desejava subordinar os militares ao controle da polícia. Em Novembro de 1943, ele deixa o governo nas mãos de Dario Echándia, mas retorna em Março de 1944, depois que o governo rejeita a sua 2ª carta de renúncia. Em 10 de Julho de 1944 ele é tornado prisioneiro por militares no sudeste da Colômbia, que anunciam sua intenção de tomar o poder. Contudo o Coronel responsável pelo levante foi rapidamente isolado e o golpe fracassou. Laureano Gómez, político conservador suspeito de ter participado na articulação do golpe, foi exilado, embora nenhuma acusação específica a respeito do golpe tenha sido feita (Palacios, 2006, p.118-120).

²⁸ A comoção que se segue ao assassinato de Gaitán não é eventual. Gaitán já era uma figura política muito proeminente na sociedade colombiana, e sua imagem política era fortemente associada a organização dos movimentos sociais no país. No início da década de 30, ao romper

No imediato pós-assassinato, as ruas de Bogotá foram lugar de violentos protestos e uma onda de banditismo social. Casas, igrejas e prédios públicos foram queimados, prisões foram invadidas e casas de comércio foram saqueadas (Palacios, 2006, p.142). Ademais, o protesto provocado pelo incidente se disseminou para outros lugares do país, simbolizando a radicalização que tomava conta do conflito partidário(Avilés, 2006a, p.29).

David Bushnell afirma que há indícios de que o governo de Ospina Perez esteve muito próximo de ser substituído(Bushnell, 1993, p.203). Ele entende que a variável fundamental para a explicação não só da onda de violência que acometeu Bogotá, como do que ocorreu depois, são as lealdades partidárias. Já Marco Palacios reconhece que uma característica chave da violência é que poucas mortes foram resultado do contato entre guerrilhas ou outros movimentos não oficiais de um lado; e o exército, a polícia e outras forças estatais do outro. As mortes eram causadas por vinganças e por atividades de violência de motivação individual. Contudo, a violência não atingia a todos igualmente. A maioria das vítimas da violência eram homens pobres, civis desarmados que viviam no meio rural. A violência se concentrou na fronteira agrária, nas regiões mais pobres do país retiradas da economia de mercado(cf Palacios, 2006, 125-140). O historiador reconhece ainda a importância do papel da questão de classe para reconhecer a agilidade da rearticulação da elite política colombiana²⁹:

“A percepção de ameaça do momento produziu a convergência de interesses capitalistas conflitantes: fabricantes, banqueiros, agroexportadores, criadores de gado. Eles forjaram um consenso plutocrático a partir do qual a justiça social foi reduzida a uma questão minoritária na contabilidade do gasto público nacional”(Palacios, 2006, p.127).

A *Violencia* justificou um quase permanente estado de sítio durante os anos que se seguiram ao bogotazo. O estado de sítio decretado por Ospina e o

com o governo Liberal do Presidente Enrique Olaya Herrera(1930-1934), se desliga do partido Liberal e funda a União Nacional da Esquerda Revolucionária(UNIR). Contudo, não consegue o apoio que esperava, voltando às fileiras do partido em 1935(Abel e Palacios, 1994a,). Segundo Palacios(2006), Gaitán representava melhor do que os demais políticos de sua época o papel dos valores familiares camponeses na mobilização das camadas pobres urbanas, e também o potencial de novas técnicas mobilização de massa (Palacios, 2006, p.140).

²⁹ No dia seguinte ao ocorrido(10 de Abril), o Presidente Ospina Perez fecha com liberais e conservadores um acordo através do qual mudavam seu gabinete para uma composição mista, negociavam uma anistia não só para os participantes do bogotazo, mas como dos envolvidos no golpe contra López em 1944; e propunham uma reforma eleitoral que, entre outras coisas, eliminava os júris municipais

boicote liberal às eleições de 1949 marcaram o início do que viria a ser chamado de segunda fase da *Violencia*, aquela que chegou mais perto de uma guerra civil aberta. Mais de 50 mil colombianos morreram vítimas da violência política somente no ano de 1950, o pior ano do período, muitos deles em sangrentas confrontações locais. O exército teve um papel muito importante na contenção das revoltas, tanto no campo quanto na capital (Bushnell, 1993; Palacios, 2006).

Ancorada como estava na vida dos pequenos distritos rurais e das pequenas cidades, a *Violencia* resultou no desenvolvimento de formas de resistência camponesa, banditismo nômade e serviços de patronagem política (Avilés, 2006a, p.30). Contando com a negligência e com a cumplicidade dos militares, os proprietários de terra buscaram defender suas propriedades através do financiamento de pajáros, assassinos políticos que ativos na região a partir de 1947 (Palacios, 2006, p.165). Diante de um contexto de Estado de sítio, de censura, e de intensificação da repressão; os sindicatos e ligas camponesas, majoritariamente dirigidos pelo Partido Comunista Colombiano (PCC), organizaram grupos privados de defesa (de la Peña, 1994; Rochlin, 2003; Safford e Palacios, 2002). Esses grupos formaram repúblicas autônomas que eram localizadas em lugares de difícil acesso³⁰.

Uma das características da reação da elite política colombiana aos eventos de nove de abril de 1948 foi o fortalecimento significativo do discurso anticomunista, comportamento alinhado com a postura da política externa americana naquele momento da Guerra Fria, que colocava muita ênfase sobre a questão. (Bushnell, 1993, p.204).

Em 1951, abriram-se negociações entre liberais e conservadores para viabilizar o desarmamento das guerrilhas (Palacios, 2006, p.161), mas, por desentendimento entre as partes no estabelecimento dos termos do acordo, a negociação não teve resultado positivo. As primeiras ofensivas promovidas pelas então incipientes Forças Armadas Colombianas, em 1952 e 1953, não tiveram impacto relevante sobre o desmantelamento das guerrilhas camponesas, apesar de grande parte da população da província de El Davis (onde se localizava o acampamento do líder guerrilheiro Isauro Yossa), sem qualquer relação com o

³⁰ Entre 1949 e 1964 o PCC vai se recusar a se desmobilizar e a entregar as armas de seus destacamentos armados e desenvolveu uma política cíclica de grupos de auto defesa- guerrilha móvel (Leongómez, 2004, p.85-86). Essa é a origem, segundo Leongómez, dos movimentos guerrilheiros contemporâneos na Colômbia.

conflito, ter sido atingida(de la Peña, 1994). Em 1954, mais bem equipadas e contando, dessa vez, com ajuda americana³¹, as forças armadas conseguiram efetivamente dissolver as repúblicas camponesas, embora não tivessem conseguido derrotar os insurgentes(Palacios, 2006, p.164).

O elemento que se adiciona a esse contexto, responsável pela forma definitiva que os dois maiores movimentos guerrilheiros da Colômbia, as FARC e as ELN, tomaram, foi a Revolução Cubana. Como propôs Alan Angell(1994), a Revolução Cubana teve profundo impacto na reorganização da teoria e da prática da esquerda latino-americana uma vez que, contra todas as prescrições e diretrizes das concepções convencionais, foi um movimento protagonizado por uma guerrilha rural, e no qual o Partido Comunista não teve um papel central ou de vanguarda.

Em 1961, durante a IX Conferência do PCC, foi adotada a doutrina da ‘combinação de todas as formas de luta revolucionária’. Esse passo implicou que a resistência militar organizada a partir do campo não atuasse mais simplesmente como uma adaptação a circunstâncias adversas, mas passaria a ser considerado uma das frentes de uma estratégia mais ampla(Leongómez, 2004, p.85-86). Como esclarece Leongómez, nesse primeiro momento, para o PCC, as guerrilhas eram vistas como uma espécie de ‘reserva estratégica’, não como algo que tivesse um propósito em si mesmo. Num contexto de grande instabilidade política latino-americana, eles deveriam estar preparados para a eventualidade de um golpe militar que deixasse os militantes de esquerda sem uma opção política viável³².

A atividade guerrilheira foi fortemente sufocada pela atuação do exército colombiano nas décadas de 1960 e 1970. Os contingente dos grupos se mantiveram pequenos e tanto as FARC quanto o ELN estiveram perto da derrota militar definitiva. Somente a partir do afluxo dos recursos do narcotráfico, na década de 80, é que esses grupos puderam se expandir para atingir o tamanho que alcançaram em meados dos anos 90(ibid., p.87).

Na década de 1980, todo o cenário insurgente da América Latina passou por uma transformação. O movimento catalisador daquilo que alguns

³¹ Nas ofensivas contra a província de El Davis, em 1952 e 1953, os Estados Unidos rejeitaram o pedido do governo colombiano de 1 mil bombas de napalm para serem utilizadas durante o ataque.

³² Naquele momento os militantes que viriam a compor as FARC e o ELN ainda estavam associados ao PCC. O ELN é fruto de uma dissidência do PCC de 1962(Safford e Palacios, 2002), e as FARC, conforme afirma Leongómez, só passam a ter uma concepção operacional e estratégica independente do PCC na década de 80(Leongómez, 2004, p. 88)

especialistas chamam de ‘onda revolucionária’ foi a revolução nicaragüense de 1979, e seu impacto mais direto e imediato se exerceu em países como El Salvador e Guatemala. (Leongómez, 2004, p.89)

Segundo Leongómez, quatro características desses processos centro-americanos influenciaram o movimento guerrilheiro colombiano e, particularmente, as FARC: 1-a unificação dos diferentes grupos, sujeitos a um Estado maior conjunto; 2- lançar um movimento político amplo e legal, como um prolongamento político do esforço militar; 3- era necessário contar com bases sólidas de apoio, no movimento operário; 4- era necessário intensificar as redes de solidariedade internacional(íbid., p.90) .

De alguma maneira, ao longo dos anos oitenta, essas lições foram absorvidas. Criou-se a Coordenadoria Guerrilheira Simon Bolívar(CGSB) e se desenvolveram várias frentes políticas como a União Patriótica(UP), a Luchar(do ELN) e a Frente Popular(do EPL). Desenvolveu-se a Central Única dos Trabalhadores(CUT) e se trabalhou na intensificação dos vínculos internacionais com Nicarágua e Cuba(idem).

Diante do grande caos da década de 90 e da campanha de violência a que esses grupos foram submetidos ao exporem seus membros a participação na vida política convencional, alguns deles mudaram suas diretrizes. As FARC e o ELN, que não foram desmobilizados nos acordos de 1990 (que envolviam a participação na Assembléia Constituinte³³), resolveram não insistir mais em aberturas democráticas nem na conquista de espaços institucionais para o desenvolvimento de uma plataforma política.

A influência das experiências centro-americanas também se fez sentir no plano mais estritamente militar. As guerrilhas começaram a investir na formação de unidades militares maiores capazes de empreender movimentos do tipo semi-convencional. Esse movimento estava fortemente associado ao desenvolvimento de uma economia de guerra com base nos lucros do narcotráfico. Os guerrilheiros iniciaram um processo de recrutamento intenso e de desdobramento de suas frentes com o objetivo de ocupar zonas de valor estratégico tanto para a captação de recursos quanto para o enfrentamento direto com o exército colombiano .

³³ Vale ressaltar que o que está previsto no acordo de desmobilização é o direito a ter representantes na Assembléia Constituinte com direito de voz, mas não de voto(Benjarano, 2001).

O processo de reforma constitucional, que começou a ser organizado em 1989, conseguiu cooptar importantes grupos armados de oposição, que concordaram em desmobilizar suas forças em 1989, em troca de representantes na Assembléia Nacional Constituinte³⁴. As FARC e as ELN recusaram a oferta com a acusação de que qualquer processo de paz deveria incluir o compromisso de reformas sócio-econômicas, e não simplesmente de participação política³⁵ (Avilés, 2006a, p.60). Ainda sim, estiveram envolvidas, em diferentes momentos, em outros processos de negociação– o último deles envolvendo as FARC e terminando de forma malsucedida em fevereiro de 2002.

2.4.1.1.

As FARC

As FARC têm sua origem em grupos camponeses de autodefesa que foram mobilizados pelo partido comunista no fim dos anos 40 como uma reação à brutalidade do período da violência. Em 1964, ocorreu o ataque das Forças Armadas Colombianas contra as comunidades de Marquetalia, Guayabero, El Pato e Riochiquito. No mesmo ano, se celebrou a I Conferência guerrilheira, que criou o Bloco Sul (Bloque Sur) base das FARC. Foi só em 1966, na II Conferência guerrilheira, que o Bloco Sul passou a se chamar Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia(FARC) (Leongómez, 2004, p.85-86)

As FARC permaneceram um movimento restrito durante muitos anos. Foi somente a partir da década de 1980, com os recursos do narcotráfico, que se intensifica o recrutamento e se expandem as frentes guerrilheiras(cf Chernick, 1999 e Laborusse, 2004). A partir da VII Conferência Guerrilheira, de 1982, as FARC passaram a ter uma clara concepção operacional e estratégica como um exército revolucionário. Desenvolveram uma estratégia voltada para o objetivo de

³⁴ Quatro dos seis membros da CGSB aceitaram se desmobilizar para tomar parte na Assembléia Constituinte de 1991: M-19, o movimento indígena Quintín Lame, o Exército popular de Libertação(EPL) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores(Bejarano, 2001, p.59; Posso, 2004).

³⁵ Uma das conseqüências dessa decisão foi o rompimento com o PCC e outras expressões de luta política legal;o abandono da doutrina, da década de oitenta, da ‘combinação de todas as formas de luta revolucionária’. Leongómez analisa ainda essa mudança de trajetória das FARC como sendo uma mudança de uma ‘guerrilha de partido’, quando a guerrilha é um prolongamento, no âmbito militar, de uma organização partidária; para uma guerrilha militar, onde a direção política e a militar são centralizadas numa mesma equipe dirigente(no caso, o secretariado das FARC) (Leongómez, 2004, p.94).

penetrar na cidade e urbanizar o conflito, assim como para exercer influência sobre o movimento sindical, estudantil e juntas de ação comunitária (Leongómez, 2004).

Em 1984, o grupo iniciou negociações com o governo do presidente Belisário Betancur. Foi criada uma Comissão de Paz que alcançou um acordo de cessar-fogo. Em 28 de março de 1984, foram assinados os Acordos de La Uribe (Posso, 2004). Conforme previsto no acordo, as FARC e o PCC criaram em 1985 um novo partido político legal, a União Patriótica (UP). Contudo, no primeiro ano de atividades da União Patriótica, 165 líderes do partido foram assassinados. Diante disso, o grupo recuou da iniciativa e abandonou o processo de paz (Palacios, 2006, p.207).

No início da década de 1990, quando as FARC atingiram o auge do seu poderio militar³⁶, estava em processo de transição a guerra de guerrilha para o emprego de unidades regulares. Esse crescimento foi acompanhado de uma mudança nas diretrizes táticas da guerrilha, fazendo com que o grupo assumisse uma postura mais assertiva. Depois do ataque a La Uribe, realizado pelo governo de César Gaviria (1990-1994) em 1990, as FARC declararam guerra integral e passaram à tentativa de empreender a guerra de movimento, em vez de uma guerra de guerrilha (Leongómez, 2004, p.95).

A partir da VIII conferência guerrilheira, em 1996, as FARC passaram de uma estratégia centrífuga para uma estratégia centrípeta, posicionando unidades de combate capazes de cercar e de aniquilar bases militares e tropas de elite do exército oficial. A logística dessas decisões intensificou a descentralização das FARC, através da criação dos blocos de frente (Bloco Oriental, Ocidental, Norte-ocidental, Sul, de Magdalena e do Caribe) (ibid., p.96). A partir do governo de Andrés Pastrana (1998-2002), as FARC perderam espaço militarmente. Com um substantivo investimento na modernização do aparelho militar e com forte apoio dos Estados Unidos, o governo Pastrana impôs uma seqüência de derrotas militares às FARC e retomou a iniciativa tática no campo de batalha (Leongómez, 2004).

A década de 1990 também ficou marcada por tentativas de restabelecimento do diálogo. As primeiras negociações com o Governo César

³⁶ Entre 1990 e 1995, as duas maiores guerrilhas, as FARC e o ELN, aumentaram o número de fronts de 65 para quase 100 (Avilés, 2006a, p.85).

Gavéria(1990-1994) foram obstruídas em torno de um impasse da concessão de um cessar-fogo. Para contornar o problema, as negociações se sucederam na Venezuela(Caracas) e no México(Tlaxcala), sem que um cessar-fogo fosse estabelecido. Porém, os assassinatos do ex-ministro Argelino Quintero e do representante diplomático das FARC Daniel García acabaram por inviabilizar as negociações(Chernick, 1999; Posso, 2004).

As negociações entre o grupo e a administração de Ernesto Samper(1994-1998) foram dificultadas pela própria fragilidade do governo e pela forte oposição que encontrava por parte dos setores militares. Apesar de o governo ter expressado diversas vezes sua disposição à negociar, o único acordo que ele conseguiu levar adiante com os guerrilheiros foi uma troca de prisioneiros em 1997(Bagley, 2001).

Andrés Pastrana(1998-2002) iniciou negociações com o estabelecimento de uma Zona Desmilitarizada(ZD), que perdurou entre novembro de 1998 e fevereiro de 2002. A negociação foi parcialmente acompanhada por diferentes setores da comunidade internacional. Contudo, nenhum desses artifícios foi suficiente para superar a desconfiança mútua entre as partes(cf. Latin America Report, 2002, Isacson, 2003).

Conforme alertam Castilla e Gómez(2006), a mudança no comportamento das FARC a partir de 1998 não deve ser enxergada somente sob a ótica da mudança do equilíbrio de forças, mas também de uma mudança no posicionamento das FARC no conflito. Agora, não só retornaram para a posição de guerra de guerrilha, como passaram a investir numa tática até então inédita: ataques em áreas urbanas sem função militar aparente, realizados em locais públicos.

Com o governo de Álvaro Uribe(2002-), essas tendências se aprofundaram, tornando mais automática a associação das FARC ao discurso anti-terrorista por meio do qual o Governo Uribe se refere aos diferentes grupos armados. O panorama internacional, por outro lado, vem apontando para um crescente isolamento do grupo guerrilheiro. A contravenção, por parte da guerrilha, de normas básicas do direito internacional humanitário dos direitos humanos faz com que os grupos sejam alvos de constantes críticas da comunidade internacional(Leongómez, 2004, p.84). Apesar da enorme perda de legitimidade

envolvida nessa atitude, as FARC continuam a lançar mão desses ataques indiscriminados contra civis como arma de guerra(Leongómez, 2004, p.149).

2.4.1.2.

O ELN

As origens do ELN remontam ao início dos anos 1960, quando um grupo de estudantes colombianos solicitaram receber treinamento militar em Cuba para defender a ilha de um eventual ataque de Washington. Voltaram à Colômbia com a determinação de criar uma organização com base nas idéias de Che Guevara a respeito do foco. O movimento foi criado em quatro de Julho de 1964, como ‘Brigada pró Libertação Nacional José Antônio Galán’ e, no dia 7 de Janeiro de 1965, se tornou o ELN, com uma ação pública inaugural no departamento de Santander(ibid., p.100-101).

O grupo tinha uma fonte de apoio urbano chamada Frente Unido Del Pueblo(FU), liderada pelo Padre Camillo Torres, que, com o desmantelamento do FU, se refugiaria na área rural e se transformaria numa das grandes lideranças da guerrilha até sua morte em 1966. Sua influência estava amparada nas fortes raízes cristãs que compõem ideologicamente o grupo. Contudo, o Grupo não consegue grande sucesso inicial no seu desenvolvimento como movimento de guerrilha. Em 1973, chegou perto da extinção quando o exército colombiano destruiu a mais significativa de suas colunas na região da Antioquia(Safford e Palacios, 2002).

Manuel Pérez foi o sacerdote que trabalharia na revitalização do movimento a partir dos anos 70. Sob a sua liderança e com a incorporação de membros do movimento MIR –Patria Libre, o ELN começou lentamente a se reconstruir. Essa organização tinha experiência de trabalho popular nos centros urbanos e em regiões rurais com larga tradição de luta pela terra (Leongómez, 2004, p.102). Pérez tentou inserir o grupo na questão ao desenvolver uma plataforma associando os movimentos sociais do campo aos sindicatos operários. Sob o comando de Pérez, a questão do petróleo passou a orientar a ação do grupo. Promoveram atentados contra as grandes companhias de petróleo operando na Colômbia, normalmente localizadas no norte do país, perto da fronteira com a Venezuela. Passaram a ter na extorsão dessas firmas estrangeiras uma fonte fundamental de financiamento.

Em 1996, por ocasião da III Conferência Regional, o ELN voltou a uma posição mais militarista, dado que ao fracasso da tentativa de integração de alguns de seus militantes à vida política se juntava a perseguição sistemática promovida por grupos paramilitares. Nessa época, o ELN adotou uma modificação tática parecida com a das FARC(embora em menor escala). Começaram a constituir unidades especiais com o objetivo de passar da guerra de guerrilha a ações militares de tipo semi- convencional(Leongómez, 2004, p.95)

Contudo, a partir de 1999 passaram por um período de debilidade do qual ainda não se recuperaram. Os conflitos intensos com as AUC enfraqueceram a guerrilha e se refletem numa baixa substantiva de sua atividade militar(Castilla e Gómez, 2006).

2.4.2.

Grupos paramilitares e outras milícias armadas

Vários grupos irregulares, além dos movimentos guerrilheiros, podiam ser identificados na Colômbia, principalmente a partir da época da violência: assassinos, sicários, esquadrões da morte, formações armadas privadas diversas, e grupos de autodefesa de formação militar. Sua origem, na maioria dos casos se encontrou na necessidade de defender grupos(de proprietários de terra e criadores de gado) que eram vítimas de ataques e de práticas de extorsão dos grupos insurgentes. Havia ainda a motivação de organizar grupos para cumprir os serviços de proteção que esses grupos guerrilheiros supriam. Tanto guerrilheiros quanto paramilitares cumprem funções de proteção em algumas regiões(Leongómez, 2004; Rochlin, 2003; Labrousse, 2004):

“Os grupos de auto-defesa têm diversas raízes históricas. Estas incluem exércitos privados que cumpriam um papel importante nas guerras civis do século XIX, as várias formas de polícia privada que os proprietários de terra utilizavam para se contrapor ao conflito agrário no início deste século, e, mais claramente, os grupos anti-guerrilheiros formados durante a confrontação bipartidária nos anos 1950. Contudo, falando especificamente da sua atual configuração, os grupos de auto-defesa são um produto típico da bem conhecida doutrina de ‘segurança nacional’ que se espalhou por toda a América Latina durante os anos 1970 e 1980 como parte de uma estratégia global contra o comunismo. Na Colômbia, os grupos de auto-defesa receberam apoio inicial das associações de criadores de gado e dos traficantes de drogas, que eram os mais novos e alguns dos maiores proprietários de terra no país. Com o tempo e o colapso do comunismo, a dinâmica dos grupos

de auto-defesa, assim como das guerrilhas, se tornou um projeto menos ideológico e mais pragmático, envolvendo conflito por território e recursos” (Sánchez, 2001, p.21)

Durante o período de *La Violencia*, os conservadores começaram uma campanha de intimidação assassinando políticos liberais, queimando escritórios dos partidos, destruindo os jornais. A violência se disseminou no início dos anos 1950, em parte graças à cumplicidade dos militares com chefes conservadores locais no financiamento dos pajáros, assassinos políticos que estiveram ativos na região desde 1947³⁷ (Palacios, 2006, p.165).

O uso desses grupos irregulares de defesa, um aspecto crescentemente destrutivo da era da *Violencia*, foi expandido em 1961 e endossado pela lei em 1965 – e mais uma vez em 1968 (ibid., p.190). As legislações de 1965 e de 1968 permitiam aos cidadãos portar armas com salvo-condutos. As leis permitiam ainda que os cidadão manifestassem a iniciativa de se organizar militarmente com a ajuda das forças armadas.

No fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, aparecem organizações armadas de diferentes tipos como reação ao fortalecimento dos grupos guerrilheiros no país.

“Ainda por volta dos anos 70, esquadrões da morte apareceram em Cali, Medellín e Pereira, dedicados à ‘higiene social’- em outras palavras, ao extermínio dos assim chamados dispensáveis, incluindo crianças de rua, mendigos, prostitutas, homossexuais e pequenos criminosos. A noção de ‘desechables’ [descartáveis] indica uma clara mentalidade fascista em setores tanto da classe média quanto da classe dominante” (Palacios, 2006, p.241).

Quando parentes de traficantes de drogas foram sequestrados pelo M-19 no final da década de 70, suas famílias resolveram reagir, recrutaram simpatizantes e estabeleceram a primeira organização paramilitar moderna da história da Colômbia, a Morte aos Sequestradores (MAS), fundada em 1981 (Avilés, 2006a, p.108; Palacios, 2006, p.199).

A formação de esquadrões da morte, segundo Palacios, alcançou uma institucionalidade significativa nos anos 1980³⁸. Os jovens criminosos

³⁷ Em meados do século XX, 200 desses grupos operavam no país (Palacios, 2006, p.160).

³⁸ É necessário diferenciar grupos paramilitares de esquadrões da morte. Os primeiros, enquanto pese sua natureza ilegal ou sua ação irregular, são grupos estruturados, com comando central e funções definidas de maneira explícita. Os segundos são grupos informais, com estrutura flexível,

considerados mais promissores eram mandados para uma escola de assassinos em Medellín, onde eram preparados para se juntar à elite de atiradores dos cartéis de drogas(Palacios, 2006, p.241)³⁹.

No final da década de 1980, diante das pressões para que o governo tomasse medidas para o controle da violência que assolava o país, o Presidente Virgílio Barco revogou a lei 48 de 1968, que autorizava as forças armadas a formar grupos de autodefesa; e estabeleceu o decreto 1194 de 1989, que prevê pena de prisão aos que financiem ou promovam grupos paramilitares(Avilés, 2006a, p.110; Leongómez, 2004, p.119).

Isso não impediu que esses grupos continuassem crescendo e tendo um papel central na construção da violência no conflito. Segundo Avilés, forças paramilitares estiveram ativamente envolvidas em massacres e assassinatos daqueles que eram percebidos como simpatizantes ou colaboradores dos grupos guerrilheiros. Eles teriam sido responsáveis por aproximadamente 70% dos assassinatos politicamente motivados durante os anos 1990(Avilés, 2006a, p.4).

As forças armadas do governo estiveram e estão (mesmo depois que esse tipo de associação foi proibido por lei) envolvidas no fornecimento, na assistência, no transporte e na proteção de forças paramilitares em seus esforços contra-insurgentes, conforme largamente denunciado por diferentes organizações de direitos humanos presentes no país. Muitas vezes essas forças operavam como se estivessem organizadas numa divisão de trabalho: enquanto as forças armadas estavam engajadas na perseguição com os grupos guerrilheiros, os paramilitares perseguiram os pretensos simpatizantes da guerrilha e seus contatos nas comunidades(idem).

A criação desses grupos tinha como objetivo fortalecer a ação militar a serviço do Estado, a um custo menor do que o da expansão das forças armadas regulares(Leongómez, 2004, p.117). Durante os anos 1980, o uso dessa estratégia

sem sede ou composição conhecidas. Sua composição corresponde justamente à necessidade de preservar a identidade de seus membros na hora de desempenhar funções clandestinas(Leongómez, 2004, p.116). Segundo Fernando Cubides, os paramilitares, diferentemente dos demais grupos, têm uma plataforma política deliberadamente voltada para a eliminação da guerrilha, ao mesmo tempo em que lança mão de métodos e técnicas muito semelhantes aos desses grupos(Cubides C., 2001).

³⁹ O crime organizado se tornou a forma mais comum de solução de qualquer conflito. No caso do Conselho Regional Indígena do Cauca(CRIC)(criado pelo líder indígena Manuel Quentin Lame), os proprietários de terra locais desenvolveram uma campanha de assassinatos seletivos contra os representantes do movimento. Dentro desse contexto, as guerrilhas faziam ofertas de proteção ao grupo que não podiam, na prática, ser negadas(Palacios, 2006, p.199).

complementou em grande medida os esforços das forças armadas na condução da sua batalha contra a insurgência interna e contra o crescimento de movimentos populares(Avilés, 2006a, p.107). Devido à dificuldade de controle territorial do governo, os grupos paramilitares em suas distintas modalidades podiam suprir essa ausência, estabelecendo uma ordem para-institucional. Além disso, os grupos constituíam um instrumento de inteligência local(Leongómez, 2004, p.118).

No fim de 1994, através da liderança de Carlos Castaño e de suas Autodefesas Unidas de Urabá e de Córdoba, tomou lugar a Primeira Conferência Nacional das Autodefesas. Três anos depois, na Primeira Conferência Nacional de dirigentes e comandantes de Autodefesas Camponesas, formaram-se as Autodefesas Unidas da Colômbia, com uma direção única e um Estado Maior conjunto(ibid., p.122).

No Governo Uribe foi iniciado um processo de desmobilização desses grupos. Apesar de, em primeiro de dezembro de 2002, as AUC terem anunciado um cessar-fogo unilateral, muitas das tropas internamente não se comprometeram com ele, apoiando apenas uma trégua para o Natal de 2002 – sendo que diversas evidências apontam que, mesmo nesse momento, o cessar-fogo foi rompido em mais de uma oportunidade. Contudo, o descumprimento dessas condições não impediu que o governo iniciasse negociações com esses grupos. O processo previa que os grupos paramilitares que estivessem dispostos a negociar a sua desmobilização fossem providos de uma zona desmilitarizada onde poderiam conduzir suas negociações sem medo de serem presos e extraditados para os Estados Unidos por acusações de tráfico de drogas(Avilés, 2006a, p.137).

O congresso aprovou, em junho de 2005 a Lei de Justiça e Paz, que regula a participação dos paramilitares na sociedade civil, assinada por Uribe no mês seguinte. Essa lei garantia às AUC *status* político, coisa que era negada às FARC diante da retórica do antiterrorismo:

“O processo de desmobilização começou em Novembro de 2003, acelerado no final de 2004, e deixou mais de 30 mil ex-paramilitares desmobilizados em Março de 2005. Comandantes declararam que, em vez de ir para a cadeia por ‘excessos’ cometidos ‘em defesa da pátria-mãe’, eles iriam pegar em armas novamente, . Extradicação para os Estados Unidos estava fora de questão; assim como reparações para as famílias das vítimas. Em Abril de 2005, com as negociações a ponto de entrarem em impasse, o porta voz político das AUC Ivan Duque, codinome

‘Ernesto Bález’, ameaçou ‘retornar para as montanhas’. Mas uma vez que o Presidente Uribe sinalizou com a Lei de Justiça e Paz, Bález convocou a formação de um movimento político, e descreveu o processo de formação de um para-estado com candura: ‘nós penetramos, de forma permanente, no processo político, construindo estruturas de poder regionais e locais... nosso objetivo é atravessarmos a guerra e nos transformarmos num movimento democrático que oferecerá aos eleitores uma alternativa’(Hylton, 2006, p.116-117).

Entretanto, esse processo vem sendo severamente criticado pelos ativistas de direitos humanos. Os relatórios da Humans Rights Watch(HRW) denunciam que os processos de apuração e mesmo de responsabilização são muito negligentes, que não desarticulam as redes de informação e influência que esses grupos construíram, e que não se fez uma investigação séria para desarticular as fontes de organização e de financiamento desses grupos, normalmente ligadas ao tráfico de drogas⁴⁰(Avilés, 2006b; HRW, 2005).

Segundo a HRW, a lei não assegura que os paramilitares confessem seus crimes, não revela informações a respeito de como esses grupos operam, nem os obriga a entregarem sua riqueza adquirida ilegalmente(HRW, 2005, p.2). Apesar da aparente desmobilização dos paramilitares ter sido, segundo o governo, bem-sucedida; membros dessas milícias violaram repetidamente o cessar-fogo durante o processo de desmobilização, e unidades paramilitares que já teriam se desmobilizado teriam voltado a atuar em suas zona de influência(Avilés, 2006a, p.138)

“A maioria dos grupos paramilitares não honraram, na maioria das regiões do país, o compromisso firmado com o governo para a cessão das hostilidades. Infrações, incluindo massacres, homicídios e deslocamentos, assim como o recrutamento de menores, continuam sendo registrados” (United Nations High Commissioner on Human Rights, 2004, p.3).

O que está se verificando é que novos grupos paramilitares(que estão sendo denominados Novos Grupos Armados Ilegais- NGAIs) estão surgindo justamente nas áreas onde o cultivo de coca vem crescendo. É o caso dos Aguilas

⁴⁰ Em 2005, houve um encontro entre o governo colombiano e governos europeus, acompanhados de ONGs de direitos humanos na cidade de Cartagena. Por ocasião desse encontro, tanto os governos quanto as ONGs reivindicaram que os crimes contra a humanidade cometidos pelos paramilitares fossem punidos. Eles insistiram também na importância de o governo colombiano promover uma saída negociada e multilateral em relação às FARC e ELN(Latin America Report, 2006).

Negras, na região perto da fronteira Venezuelana, e do grupo Nueva Generación, que atua perto da fronteira com o Equador(Latin America Briefing, 2006).

Existe uma preocupação crescente dentro e fora da Colômbia sobre a continuidade e o crescimento da atividade paramilitar, principalmente no Norte, Sudeste e Leste da Colômbia. Esses grupos se envolvem em diversas atividades criminais, notadamente o tráfico de drogas e o recrutamento, frequentemente forçado, de números cada vez maiores de ex-paramilitares que abandonaram o Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração do governo. Os NGAIs têm ainda intimidado e assassinado líderes sociais, representantes de vítimas em processos contra paramilitares, militantes de direitos das mulheres, sindicalistas, defensores de direitos humanos e procuradores, sobretudo os que vem trabalhando em processos de reparação de vítimas dos paramilitares(idem., 2009, p.3).

2.5.

Relação do governo com os grupos armados

O período imediatamente após a morte de Jorge Eliécer Gaitán foi marcado por forte ação repressiva por parte do governo. Em 1951, abriram-se, pela primeira vez, negociações entre liberais e conservadores para viabilizar o desarmamento das guerrilhas que se formaram em decorrência dos primeiros eventos da violência. A principal demanda por parte dos grupos insurgentes era de que eles fossem reconhecidos como guerrilhas(e portanto com objetivos político), e não como criminosos comuns(Palacios, 2006, p.161).

Em seis de outubro de 1951, foi assinado um acordo entre os dois partidos na tentativa de conter a disseminação da violência. Os liberais se comprometeriam a dissuadir as guerrilhas a entregarem suas armas, e o governo conservador se comprometeria a suspender o estado de sítio. Contudo, a proposta não teve continuidade porque houve dissidência entre os líderes do partido Conservador em torno do acordo.

Em 1953, quando o General Rojas Pinilla assumiu o poder, uma das primeiras medidas do novo regime militar incluiu a anistia a presos políticos detidos por atividades de guerrilha e a restauração da liberdade de imprensa. Com a generosidade do plano de anistia de Rojas, 3220 guerrilhas se renderam em seis

semanas⁴¹(Palacios, 2006, p.163). Todavia, nem a anistia nem a utilização da repressão policial fizeram com que os índices de violência baixassem significativamente.

Quando os civis retomaram o poder em 1957, as duas principais legendas partidárias do país entraram num acordo para dar fim à violência partidária, o governo da Frente Nacional(FN). Por um lado, como ressalta Bushnell, houve de fato uma redução decisiva nos índices de violência, a principal preocupação por trás da articulação do acordo(Bushnell, 1993, p.226). No entanto, a consequência dessa orquestração foi o afastamento das demandas de um processo eleitoral que se tornou artificial. As questões sociais que subjaziam à realidade da violência também foram deixadas de fora – questões que diziam respeito à crescente pobreza da população rural e a um processo de concentração de terra agravado pelo fracasso das parcas e tímidas tentativas de reforma agrária⁴²(Safford e Palacios, 2002, p. 353). .

Esse insulamento da esfera política possibilitou que essas diferentes manifestações de insatisfação fossem crescentemente tratadas nos moldes da chamada Doutrina de Segurança Nacional, angariado pelo novo papel que os Estados Unidos passaram a exercer na política do país e da região após a Segunda Guerra Mundial. Esses primeiros momentos de imersão do exército na direção do interior do país configuraram exatamente o contexto de violência política e de ausência de veículos institucionais por trás da formação dos principais grupos guerrilheiros, como as campanhas militares dos anos 1950 e o Plano Lazo, nos anos 1960. Essas diretrizes, intimamente coordenadas com o papel que a política externa americana para a região, foram idealizadas e realizadas com o apoio de agências militares americanas.

Na medida em que as estruturas políticas locais buscaram deliberadamente se insular das potenciais instabilidade e violência presentes nos diferentes espaços do país, a racionalidade que organiza a ação das forças oficiais nesses espaços de

⁴¹ Quando as guerrilhas liberais baixaram suas armas, a iniciativa passou para o lado dos comunistas, que se aliaram a grupos camponeses que se recusaram a atender a oferta do governo. Eles resolveram adotar uma estratégia de auto-defesa, o que trouxe apoio popular para a iniciativa(Palacios, 2006, p.164).

⁴² Entre 1932(onde o censo indicava uma economia de pequenas propriedades agrárias baseada no plantio de café) até a década de 50, houve um grande processo de concentração de terra. Através da violência política, homens comandados por grandes fazendeiros tiraram vantagem da desordem institucional para tomar partes centrais da economia regional através das ameaças de assassinato(Palacios, 2006, p.165).

conflito segue à risca a lógica da ação das forças armadas americanas em suas incursões em países como a Coreia ou o Vietnã.

Em 1978, o Presidente Julio César Turbay Ayala(1978-1982) apresentou a proposta de um novo estatuto de segurança. Esse estatuto de segurança reflete a incapacidade do governo de absorver essas questões como questões políticas e o papel dos militares nas soluções encontradas para os problemas sociais na Colômbia. A proposta do presidente se insere num contexto em que o país enfrentava os maiores índices de segurança desde 1950, o pior ano da violência. Em 1977, havia ocorrido a maior greve geral da história do país, motivada, segundo Avilés(2006a) e Palacios(2006), principalmente pela inflação que então atingia índices sem precedentes. O Estado respondeu ao incidente de forma violenta e, após a greve, os 33 generais que estavam no topo da hierarquia das forças armadas colombianas propuseram modificações da legislação inspirados nas orientações de ‘segurança nacional’ que estavam sendo colocadas em vigor por ditaduras no Chile, Argentina e Uruguais (e no Brasil anos antes). A Suprema Corte declarou tais mudanças inconstitucionais, mas, no ano seguinte, o presidente recém-eleito Turbay Ayala resolveu reinseri-las na forma de um estatuto de segurança(Avilés, 2006a, p.30)

Marco Palacios qualifica esse estatuto como a mais extensiva coleção de restrição das liberdades civis desde a queda da ditadura de Rojas. O estatuto criava novas ofensas e incrementava as penalidades para as existentes. Também subjulgava civis a cortes marciais militares, e estabelecia censura sobre a cobertura promovida por rádio e televisão em relação ao conflito. Mais de 60 mil pessoas foram detidas no primeiro ano de sua implementação. Apesar de nominalmente voltado para o combate de todas as formas de crime organizado, o estatuto foi empregado somente contra a esquerda – e não somente contra os guerrilheiros, mas também contra outros setores(Palacios, 2006, p.197).

O Presidente Belisário Betancur, assumiu o governo com uma proposta de anistia e com o discurso voltado para a necessidade de abertura de negociações. O acordo de anistia do presidente Betancur libertou mais de 1 mil prisioneiros, a maioria afiliados ao M-19. Pouco tempo depois da assinatura do acordo, o procurador geral acusou 50 militares do exército de pertencer ao MAS(ibid., p.202).

Durante o seu governo, o grande foco da política externa americana era a questão do tráfico de drogas. O presidente Ronald Reagan polarizou a sua agenda para a região em torno dessa questão. Apesar disso, com o arrefecimento das tensões da Guerra Fria, suas tentativas de acomodação e de diálogo com os grupos guerrilheiros não causaram impacto na relação com os americanos. Em compensação, não só o processo de paz, mas as medidas que visavam à redução das prerrogativas dos militares e à maior transparência de suas instituições causaram grande contrariedade nas forças armadas.

Após a assinatura dos Acordos de La Uribe(1984), as FARC e o Partido Comunista criaram em 1985 um novo partido político legal, a UP (Palacios, 2006, p.207). Uma vez que o acordo de Betancur com as FARC previa uma trégua, o exército trabalhou em colaboração com proprietários de terra para organizar grupos paramilitares que efetivamente varressem regiões inteiras de simpatizantes da guerrilha. Diante da perseguição sistemática dos membros da UP, as FARC anunciaram, no final de 1985, que deixariam o processo de paz. A UP foi, ao longo dos anos seguintes, dizimada pela ‘guerra suja’ dos paramilitares.

Entre 1985 e 1987, três mil membros da União Patriótica foram assassinados, entre eles o líder nacional do partido, Jaime Pardo Leal. O ponto final no processo de paz de Betancur foi a tomada do Palácio de Justiça em 1985 pelo M-19(Avilés, 2006a, p.43; Palacios, 2006, p.207).

Em 1986, durante a presidência de Virgílio Barco, os paramilitares se engajaram numa campanha de extermínio contra ativistas rurais que eles consideravam comunistas e contra ativistas locais da UP. Esta ofensiva não investiu somente contra os suspeitos de atividade guerrilheira, mas igualmente contra as organizações de direitos humanos e os líderes sindicais(Palacios, 2006, p.210).

Em novembro de 1989, o membro do Partido Liberal e líder do grupo ‘Novo Liberalismo’, Luis Carlos Galán, foi assassinado. O assassinato foi atribuído aos chamados barões da droga, aos quais ele se opunha publicamente⁴³.

⁴³ Enquanto os Americanos pressionavam as autoridades colombianas para o cumprimento termos do acordo de extradição assinado em 1979, os barões da droga apontaram para uma retórica nacionalista, para o apoio de grupos paramilitares como o MAS, e para o suborno para obstruir o processo de extradição(Palacios, 2006, p.205). Como reação a uma campanha de terror lançada pelo cartel de Medellín contra o governo colombiano, o governo Barco requisitou maior assistência dos Estados Unidos. O cartel de Medellín intensificou seus ataques sobre membros da força policial, juízes, políticos, jornalistas e forças governamentais anti-narcóticos. A campanha de

Na violência que tomou conta do país por volta dos anos de 1989-1990, também foram assassinados o candidato da UP, Bernardo Jamarillo, e o do M-19, Carlos Pizarro.

O governo Barco, diante da intensificação dos conflitos entre paramilitares, forças oficiais e guerrilheiros, lançou mão de uma nova versão do estatuto de segurança de Turbay Ayala, chamado Estatuto da Defesa da Democracia. A violência política cresceu durante o governo Barco(Avilés, 2006a, p.113). Com a libertação, por parte do M-19, do ex-candidato à Presidência Álvaro Gómez, o presidente anunciou uma nova iniciativa de paz. Grupos como o M-19 e o EPL aceitaram se desmobilizar, em troca fundamentalmente de participação na assembléia constituinte que estava para ser formada. As FARC e o ELN, alegando que os termos do acordo não consideravam a natureza social e ideológica que estava por trás do movimento guerrilheiro, recusaram a oferta de negociação e juntaram forças na Coordenadoria Guerrilheira Simon Bolívar(CGSB)(Palacios, 2006, p.212)

Diante do impasse em relação às guerrilhas, que se recusaram a negociar, o governo Gaviria optou por empreender um ataque à principal fortificação das FARC, no município de La Uribe, onde os guerrilheiros costumavam receber delegações do governo para negociar desde 1984(Chernick, 1999). Depois do sucesso relativo dessa iniciativa militar, o governo entrou novamente em negociações com a guerrilha. Os diálogos foram conduzidos pelo governo sem ter um cessar-fogo como condição inicial, na Venezuela(Caracas) e no México(Tlaxcala). O assassinato do ex-ministro Argelino Quintero e do representante diplomático das FARC Daniel García acabaram por inviabilizar as negociações(Posso, 2004).

Em novembro de 1992, o governo declarou ‘estado de comoção interna’⁴⁴ depois que membros do grupo guerrilheiro atacaram uma estação de polícia em

violência urbana, no entanto, conseguiu seu principal objetivo. A nova constituição, outorgada em 1991, tornava a extradição de colombianos um ato inconstitucional. A extradição só voltou a entrar na lista de opções constitucionalmente passíveis de serem adotadas durante o governo Samper(Palacios, 2006, p.254).

⁴⁴ Uma das mudanças mais significativas da constituição promulgada em 1991 é a regulamentação do Estado de Sítio(a partir de então referido como ‘Estado de Comoção Interna’). A partir daquela data, ele estaria restrito a um período de 90 dias e sujeito a aprovação do Senado para até dois pedidos de extensão de mais 90 dias cada. Entre 1946 e 1991, a Colômbia foi governada, em diversas ocasiões, sob a circunstância do Estado de Sítio(Avilés, 2006a, p.62). Por outro lado, a nova constituição cerceia os veículos institucionais de resistência à agenda político-econômica do governo. A nova legislação torna mais fácil ao governo banir greves em setores específicos da

Putumayo. 26 homens foram mortos no incidente. Esse evento foi o que decretou o fim de um processo de negociação que já andava lento e representava uma mudança para uma postura mais repressiva por parte do governo⁴⁵(Avilés, 2006a, p.93).

As elites agrárias e setores do exército pressionavam para que uma política para a construção de milícias civis voltasse a se desenvolver, apesar de os decretos de 1989 indicarem que o exército não podia armar diretamente os grupos civis de autodefesa. O medo de que essas milícias civis viessem a se tornar grupos paramilitares, como os grupos de autodefesa do passado, não impediu Gavéria de buscar formas de por o projeto em prática.

A partir do decreto 356, de Fevereiro de 1994, Gavéria estabeleceu os serviços especiais de vigilância e segurança. O decreto presidencial permitia que qualquer um, com a autorização do Ministério da Defesa providenciasse sua própria segurança. Essa foi a base legal das Associações Comunitárias de vigilância Rural- CONVIVIR. Essas organizações deveriam estar limitadas a uma função defensiva, apoiando as forças armadas com trabalho de inteligência nas comunidades locais. Até 1997, mais de 500 CONVIVIR foram fundadas, o que significava mais de 10 mil homens armados.

A regulação sobre essas organizações era quase inexistente, uma vez que, segundo Avilés, o governo dedicava poucos recursos para o trabalho de supervisão. Depois de uma montanha de relatórios de organizações de direitos humanos indicando os abusos cometidos pelas organizações inscritas nos programas, das evidências de ligações entre as CONVIVIR e os grupos paramilitares, e de críticas internacionais vindas inclusive da Organização das Nações Unidas, a administração Samper suspendeu a criação de novas associações(ibid., p.118-119).

O governo Samper já começa com a posição fragilizada. Na eleição de 1994, foram liberadas fitas gravadas de conversas particulares que continham evidências de que a campanha de Samper estava sendo parcialmente financiada

indústria, com líderes governamentais freqüentemente acusando líderes sindicais de atos terroristas a partir do momento em que se engajam em protestos sociais. O governo proíbe o direito de greve a um conjunto amplo de serviços públicos que não são necessariamente essenciais. A constituição passa ainda a lhes garantir autoridade para demitir sindicalistas que participam em greves ilegais.

⁴⁵ Entre 1992 e 1993, durante a escalada da atuação militar do governo Gavéria, o número de torturas cometidas por agentes de Estado(polícia, forças armadas, DAS, polícia judicial) aumentou em 23% e as execuções extra-judiciais aumentaram em 18%(Avilés, 2006a, p.96).

pelo dinheiro do Cartel de Cali. Em 15 de abril de 1995, o Procurador Geral da República abriu formalmente uma investigação sobre a relação de Samper com o cartel (Avilés, 2006a, p.75). Em resposta a essas acusações, o governo americano retirou a certificação até então atribuída ao governo colombiano.

A perda dessa certificação em março de 1996 acarretou a interrupção do crédito governamental e da assistência financeira às corporações transnacionais com base nos Estados Unidos que estivessem investindo na Colômbia e abriu a oportunidade para a imposição de sanções. As sanções poderiam incluir a eliminação do tratamento diferencial para as exportações colombianas, o direito de pouso para seus aviões e helicópteros vinculados nos Estados Unidos e o aumento do imposto alfandegário em até 50% do valor das exportações do país. O cálculo estimado da perda potencial envolvida nessas medidas chegaria a US\$13,7 milhões; além da possibilidade de que os Estados Unidos trabalhassem ativamente para cortar a ajuda financeira internacional (ibid., p.79-82)

Aliado ao constante enfrentamento da política externa americana, Samper teve que lidar ainda, em muitos momentos, com a oposição dos militares em relação a suas medidas. Durante a administração Samper, líderes militares de grande expressão, como o General Harold Bedoya, vieram a público criticar tentativas de negociação com grupos armados, assim como se opor à pressão exercida pelo governo através das agências de direitos humanos para ampliar a adesão às normas de direitos humanos por parte dos militares⁴⁶ (ibid., p.76).

Por ocasião de um ataque das guerrilhas à base militar de Las Delicias, em 30 de agosto de 1996, o governo Samper trabalhou no sentido de negociar a libertação dos prisioneiros – em negociação que envolvia a desmilitarização temporária da região de La Uribe, no Sul da Colômbia. Samper enfrentou oposição pública do comandante das Forças Armadas, General Harold Bedoya⁴⁷.

⁴⁶ Samper anunciou, logo no início de seu mandato, uma estratégia para reforçar os decretos de 1989 de combate ao paramilitarismo. Ele planejava o estabelecimento de unidades de investigação das violações de direitos humanos que iriam trazer os membros dos grupos de auto-defesa e os grupos de vigilância privados, assim como os militares envolvidos na organização e no apoio desses grupos, para à justiça (Avilés, 2006a, p.117).

⁴⁷ A remoção das FARC da sua Base Sul em La Uribe foi um dos primeiros atos do governo Gaviria e foi altamente apoiado pelo auto-comando militar. O governo Samper propôs reverter essa decisão e foi severamente criticado pelos militares. No início de 1995 as FARC propuseram que o município de La Uribe fosse desmilitarizado como uma garantia para a sua segurança para que negociações de paz fossem iniciadas. Em 18 de Maio o Presidente Samper sugeriu que ele estava aberto para a idéia da desmilitarização da zona. O processo foi irreparavelmente obstruído pela redação de um memorando por parte dos comandantes das Forças Armadas. Nele, os

Samper procedeu à desmilitarização e, uma semana após a libertação dos prisioneiros, destituiu o General Bedoya do comando das forças armadas, alegando ‘razões de Estado’. Isso causou grande descontentamento nas fileiras militares, tendo alguns chegado a insistir que o General se recusasse a entregar o cargo, mas este acabou optando por não se insurgir contra a ordem do Presidente(Avilés, 2006a, p.86).

Em novembro de 1995, Samper declarou estado de comoção interna em resposta ao assassinato do político conservador Álvaro Gómez. Esse estado de emergência permaneceria ativo durante boa parte de 1996. Em abril de 1996, Samper lançou o decreto 717, que estabelece ‘zonas especiais de ordem pública, nas quais autoridades militares adquirem controle operacional sobre o território e sobre todas as autoridades civis nestas zonas.

As prerrogativas especiais atribuídas aos militares nessas zonas incluíam a viabilidade de conduzir buscas e de deter qualquer pessoa considerada suspeita sem mandato judicial. Em agosto de 1996, o presidente Samper propôs um conjunto de reformas constitucionais que iriam eliminar o papel da corte constitucional de rever a constitucionalidade do Estado de Emergência e eliminar o tempo limite de sua duração estabelecido pela constituição de 1991. Essas propostas eventualmente seriam derrotadas.

“Apesar de o governo americano formalmente ter cortado a ajuda militar em 1996, as relações entre as Forças Armadas Colombianas e os Estados Unidos não se encerraram. Por exemplo, 726 receberam treinamento do Comando de Operações Especiais do Departamento de Defesa dos EUA no ao fiscal de 1996 (Priest, 1998). Em 1996 haviam 28 enviados das Forças Especiais Americanas na Colômbia, e oficiais e soldados colombianos eram os principais recebedores de treinamento contra-insurgente no Instituto de Cooperação e Segurança do Hemisfério Ocidental do Exército Americano(Escola das Américas). Mais de 150 colombianos que se graduaram nesse instituto foram acusados de violações de direitos humanos por organizações de direitos humanos nos anos 1980 e 1990 (Leech, 2002, p.26-27). Além disso, a assistência americana aos militares e à polícia nacional colombiana- que não estava impedida de receber ajuda- triplicou de US\$28,5 milhões em 1995 para perto dos US\$100 milhões em 1997 (Priest 1998). Finalmente, o Programa de Treinamento de Intercâmbio Combinado Conjunto(Joint Combined Exchange Training) do Pentágono foi efetivo ao permitir o contínuo treinamento dos soldados colombianos, apesar das restrições colocadas sobre a ajuda antinarcóticos em 1996 e 1997(Center for International Policy, 2001)”(Avilés, 2006a, p.103).

militares questionavam a constitucionalidade da desmilitarização e levantavam suspeitas a respeito do potencial perigo a que estariam submetidos os soldados envolvidos no processo de desmilitarização(Avilés, 2006a, p.75).

Já na campanha presidencial, Pastrana se comprometeu a um encontro pessoal com os líderes das FARC para discutir o estabelecimento de negociações e a possibilidade da criação da ZD. Pastrana também tentou se encontrar com líderes da ELN, mas estes se recusaram.

A ZD foi criada e instalada pela primeira vez em 7 de novembro de 1998. A princípio, ela só permaneceria em vigor por um período de 90 dias, contudo Pastrana chegou a prolongar esse prazo em 11 oportunidades; ela acabou por se manter praticamente durante o governo todo(Isaacson, 2003).

Na ocasião, representantes das FARC chegaram a fazer uma viagem de avião junto com representantes do governo colombiano por diversos países da Europa, o que significou para as FARC um passo no sentido de seu reconhecimento político(Latin America Report, 2002). Contudo, o grupo não conseguiu seguir uma estratégia de reconhecimento coerente, tanto no tocante a buscar a participação internacional na mesa de negociação quanto a buscar a discussão sobre o cumprimento de normas que pudessem lhe angariar status político para negociar.

O discurso de Pastrana enfatizava, desde o primeiro momento, a importância da presença da comunidade internacional para inspecionar e monitorar a resolução do conflito e o cumprimento dos acordos(Carvajal e Pardo, 2002). Entretanto, a participação internacional na negociação foi bastante restrita pelo menos até março de 2001. No início, o governo tentou evitar o envolvimento de outros atores como a Igreja Católica, ou a sociedade civil. Rejeitou ofertas de assistência direta das Nações Unidas, dos governos europeus e mesmo dos EUA. Contudo, paulatinamente esses atores começaram a ser inseridos na negociação. Em março de 2001, foi criada a Comissão Facilitadora de Países Amigos(CFPA); que, no entanto, ficou apenas como observadora até o início de 2002.

No final de 2001, as negociações foram interrompidas pelo assassinato do ex-Ministro da Cultura Araújo Nogueira e pelo bloqueio à entrada do político liberal Horácio Serpa no interior da ZD. O presidente estava prestes a invadir a ZD e dar fim ao processo, mas, nesse momento, o porta-voz das FARC Raúl Reyes declarou o interesse de negociar com a CFPA. A ZD foi prolongada pela 11ª vez até abril de 2002, a seis semanas da eleição presidencial. Dia 20 de fevereiro as FARC seqüestram o senador Eduardo Guechem. O presidente Pastrana deu por encerrada qualquer tentativa de negociação, acusou as FARC de

serem um grupo terrorista e deu ordens às Forças Armadas para a imediata retomada de ZD.

A administração de Álvaro Uribe não somente aumentou muito significativamente o gasto público com o orçamento militar, como também implementou outras estratégias como parte do seu programa de segurança democrática. O programa foi lançado a partir de discurso do presidente Uribe no dia 29 de Junho de 2003, em Putumayo. A segurança do país deveria ser garantida pela maior presença das autoridades nacionais ao longo do território.

As relações entre civis e militares durante o governo Uribe têm sido próximas, e o Governo Uribe tem desconsiderado estratégias de negociação com as guerrilhas; evitando inclusive medidas de caráter mais simbólico para equacionar o problema das violações sistemáticas de direitos humanos produzidas pelos militares. O presidente Uribe criticou abertamente os grupos de direitos humanos por relatarem os abusos dos militares, sugerindo que elas atuam como ‘fronts’ dos terroristas(Mason, 2003, p.400).

O Plano Patriota, principal iniciativa da Política de Segurança Democrática foi iniciado no final de 2003 com o intuito de ocupar uma área central para as operações das FARC, onde se localizavam os departamentos de Caquetá, Guaviare, Meta e Vaupés(áreas de presença substantiva das FARC). Essa operação previa também a captura de seus líderes e sua extradição para os Estados Unidos. O Plano foi fundamentalmente financiado pelo governo, contudo contou com a contratação de 600 mercenários e com a supervisão e com o aconselhamento militar de 800 especialistas americanos(Hylton, 2006, p.116).

Segundo Forrest Hylton(2006), ao ameaçar fundamentalmente só as áreas controladas pelas FARC, o Plano Colômbia ajudou os paramilitares a se consolidarem sua empresa criminal e a integrarem comoum instrumento político(Hylton, 2006, p.109-110). Os paramilitares passaram a se instalar despreocupadamente em departamentos como Córdoba e Magdalena, e a controlar a política local, ameaçando qualquer opositor aos candidatos aos quais estivessem associados. Hylton denuncia que, nas eleições para o Congresso de março de 2002, candidatos que eram em alguma medida ligados aos interesses dos paramilitares ganharam de 30 a 35% das cadeiras(ibid., p.114)

Primeiramente por meio de decretos executivos e, depois, por meio de legislação antiterrorista, Uribe começou a prover os militares de poderes de

polícia. A primeira lei antiterror, de abril de 2003, tinha por intuito prover as forças de segurança do Estado, entre policiais e militares, de poderes legais de caráter permanente para interceptar as comunicações, para conduzir buscas domiciliares e para prender indivíduos sem mandato judicial.

Uma segunda lei antiterror foi submetida pelo Executivo ao Congresso em julho de 2003, com foco na reforma do código penal, da regulação da expedição de processos judiciais e das punições para uma série de crimes pretensamente relacionados a atos de terrorismo. Além dessas leis, o governo propôs uma reforma constitucional e do sistema judicial ampla, que incluía restrições às competências da corte constitucional de justiça.

Outro processo que marcou o programa do Governo Uribe foi a mobilização da população civil na tentativa de restauração da ordem pública. A política de segurança democrática conclamava a solidariedade e a cooperação dos cidadãos em defesa da democracia. Em campanha, o presidente anunciou que pretendia iniciar uma rede de mais de um milhão de colaboradores civis e informantes pagos para obter informações sobre a guerrilha.

Entretanto, sua medida mais significativa foi a de organizar milícias camponesas semi-treinadas cujos membros operariam em suas próprias comunidades. Elas são alistadas nos batalhões ou brigadas para três meses de treinamento básico e depois retornam para suas comunidades, onde a princípio serviriam como guardas municipais diurnos e durante a noite voltariam para suas casas. Isso significava uma volta da Estratégia das CONVIVIR(Avilés, 2006a, p.136).

Todavia, o fato de estarem servindo em suas próprias comunidades fez com que eles e suas famílias fossem facilmente identificáveis e se tornassem alvos frequentes das FARC e das ELN(Latin America Report, 2003a, p.3-4). Dessa forma, civis estariam sendo expostos a níveis inaceitáveis de risco. Ambos os lados ameaçam os civis, já que as FARC seqüestram as famílias dos soldados camponeses e de suspeitos de serem colaboradores e informantes(ibidem). A conclusão é que, diante das novas prerrogativas que o Estado assumiu no governo Uribe e da expansão de seus instrumentos de segurança, a condição efetiva de segurança dos indivíduos inseridos no conflito está cada vez mais degradada.

O governo, reivindicando os poderes a ele conferidos pelo artigo 213 da constituição, decretou, a partir de 11 de agosto de 2002, estado de comoção

interna durante noventa dias, com uma extensão por outros noventa conseguidos em Novembro de 2002 mediante uma aprovação do senado.

Uma das principais preocupações das organizações de direitos humanos foi o comportamento das forças de segurança nas Zonas de Reconciliação e Consolidação(ZRCs), criadas pelo governo Uribe para viabilizar uma atuação mais dinâmica e eficiente das forças públicas. Essas forças, que dentro de um quadro de comoção interna já tinham suas competências ampliadas, dentro das ZRC receberiam poderes especiais. Nas ZRCs os militares tinham o poder inclusive de restringir o movimento das pessoas e impor toques de recolher.

Membros do governo freqüentemente descredibilizam as críticas contra a sua atuação dizendo que se tratam de declarações sem fundamento e ideologicamente fundamentadas. Eles se referem a tais declarações e grupos inserindo eles na linguagem de uma política anti-terrorismo. Dessa forma, os integrantes das ONG's são acusados pelo governo de serem 'advogados do terrorismo', ou 'terroristas de terno'. Eles usam o argumento de que se os críticos do programa de segurança acabam por minar a resiliência do programa do governo e a moral das tropas, e dessa forma colocam todo o projeto político em risco. De acordo com sindicalistas, vários setores da sociedade, particularmente nas cidades, se tornaram complacentes a respeito das atrocidades sendo cometidas e se mostram dispostos a aceitar as violações de direitos humanos como efeito colateral inevitável da política de segurança(Latin America Briefing, 2009, p.6).

2.6.

Conclusão

Tentar recuperar os diferentes elementos presentes nos contextos de criação e de consolidação dos cursos de ação das guerrilhas é um exercício importante para desvencilharmos a análise dos essencialismos por meio os quais dos quais muitas leituras buscam as respostas para a produção e a reprodução da violência no espaço social do conflito colombiano. Essa análise disposicionalista nos indica que os diferentes agentes que atravessam esse espaço manifestaram disposições a negociar e a combater. Ao contrário do que poderia sugerir um raciocínio simplista e monocausal, o acionamento e a inibição de tais disposições não estabelecem uma ligação direta com a relação de força entre os agentes (tal

hipótese só poderia nos levar à conclusão de que os agente são em diversos momentos ‘irracionais’, quando não abertamente esquizofrênicos), mas só pode ser reconhecida através de uma análise cuidadosa do contexto.

Um dos elementos centrais na formação desses padrões de racionalidade está na formação das Forças Armadas Colombianas. Constituída no início do século XX, essa instituição, a princípio, não teve papel central. Não tinha representantes no plano político nem presença consolidada no interior do país, onde os grandes proprietários de terra garantiam sua segurança através do recrutamento de milícias privadas. Isso mudou com a onda de protestos sociais que se iniciou a partir dos anos trinta, com a chegada dos liberais ao poder. É esse momento e a necessidade de controlar os protestos sociais que marcam, de acordo com Alain Rouquie e Stephen Suffern(1994), a modernização e a expansão do papel do exército colombiano, assim como da polícia nacional. Essa ambigüidade em relação ao papel do exército e da polícia multiplica a capacidade do Estado de mobilizar esses profissionais para a repressão política de determinados grupos.

Os Estados Unidos exercem também um papel decisivo sobre a formação e socialização do exército colombiano, assim como sobre a reafirmação do seu papel na estrutura social como um todo. A imposição da agenda contra-insurgente por parte dos Estados Unidos tomou formas diferentes ao longo do tempo, mas existe grande correspondência social entre os grupos enquadrados em categorias como ‘comunista’, ‘narco-guerrilheiro’ e ‘terrorista’, assim como a criminalização das atividades e demandas desses mesmos grupos. Tal sinaliza que, dentro de diferentes contextos, a utilização desses instrumentos de controle e monitoramento têm efetivado e reproduzido sistematicamente a marginalização desses determinados sociais.

O processo de privatização da violência que prevalece em vários espaços no país ocupa um papel particularmente perverso nessa conjuntura. Diante de um processo incompleto de monopolização do uso da força, a militarização do interior do país teve como conseqüência o desenvolvimento de diferentes grupos de autodefesa, de esquadrões de extermínio e de grupos guerrilheiros. Em função de sua informalidade, eles são socializados nesses mesmos esquemas de percepção que reificam a intratabilidade do conflito e a transformam numa profecia auto-realizável; contudo sem estarem sensíveis aos constrangimentos institucionais aos quais os militares estão sujeitos. São esses outros veículos que podem atribuir um

papel a outros atores, que carregam diferentes formas de pensar e lidar com o conflito.

Apesar dessa ‘cumplicidade ontológica’ entre militares e paramilitares ser um elemento fundamental da socialização reiterada dessa disposição associada ao *habitus* do profissional de segurança, a magnitude da sua manifestação no espaço social do conflito colombiano parece estar em alguma medida condicionada pela densidade que o campo transacional dos profissionais de segurança atinge na esfera internacional. Do período da *deténite* até o início de 2002, no qual tais constrangimentos diminuíram de intensidade, foi possível observar diferentes mecanismos atuando, com maior ou menor sucesso, para diversificar os espaços de diálogo entre o governo e os grupos insurgentes.

É nesse sentido que a ascensão do governo Uribe parece cercar ainda mais esses canais. A imediata cumplicidade entre a nova postura da política externa americana, o discurso do presidente de militarização da sociedade e o consenso da elite colombiana em torno da inviabilidade do processo de paz (principalmente depois da forma como o último fracassou, em 2002) resultaram numa grande autonomia da ação dos militares, sem os constrangimentos institucionais, domésticos e internacionais, que poderiam estar atuando – esvaziados que estes estão em recursos e legitimidade.